

TUDO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A SUA CIDADE

R\$ 4,00

Tribuna Liberal

15 de Maio de 2025 Nº 9.450

33 anos

◆ SUMARÉ (CENTRO | NOVA VENEZA | PICERNO | MARIA ANTONIA | ÁREA CURA | MATÃO) ◆ HORTOLÂNDIA ◆ NOVA ODESSA ◆ MONTE MOR ◆ ELIAS FAUSTO ◆ PAULÍNIA ◆ CAMPINAS ◆

OUTRA DÍVIDA

Justiça dá 30 dias para Monte Mor contestar cobrança

A Justiça determinou que a Prefeitura de Monte Mor apresente, em até 30 dias úteis, contestação em uma ação de cobrança movida pela empresa Impulsetto Serviços Elétricos LTDA. A decisão é do juiz Gustavo Nardi, da 1ª Vara Cível. A empresa cobra o pagamento de R\$ 198.676,33 por serviços prestados ao município em 2022.

PÁGINA 04

INSS admite desconhecer total de aposentados lesados na região



JOSESONALVES/AGÊNCIA BRASIL

Beneficiários da região que foram prejudicados devem iniciar pedido de reembolso

Órgão não tem números exatos de possíveis vítimas de descontos indevidos em Sumaré, Hortolândia, Paulínia, Nova Odessa e Monte Mor; mais de 9 milhões de segurados estão sendo notificados no país

Mesmo após o início das notificações sobre descontos indevidos em benefícios previdenciários, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ainda não sabe informar quantos aposentados e pensionistas podem ter sido lesados em Sumaré, Hortolândia, Paulínia, Nova Odessa e Monte Mor. A informação foi confirmada pelo próprio órgão em resposta ao **Tribuna Liberal** nesta quarta-feira (14). Prejudicados podem solicitar o ressarcimento por meio do aplicativo Meu INSS.

PÁGINA 05

NOVOS CASOS

Sumaré confirma 11 mortes por dengue em 2025

PÁGINA 08

Vereadores aprovam contas de Du Cazellato, em Paulínia

Em sessão extraordinária, parlamentares validaram contas de 2021 do ex-prefeito, revertendo parecer desfavorável do Tribunal de Contas; Legislativo alegou pandemia e estabilidade administrativa

PÁGINA 12

20 TIJOLOS DE MACONHA



DIVULGAÇÃO

GCM apreende drogas e arma na Vila Real, em Hortolândia

Uma operação da Guarda Civil Municipal apreendeu 20 tijolos de maconha e três pacotes com pasta base de cocaína em uma residência, nesta terça-feira (13), no bairro Vila Real, em Hortolândia. Um homem foi preso. Além da droga, celulares, uma arma de fogo, caderno de contabilidade do tráfico, balanças de precisão e R\$ 9,7 mil foram apreendidos. A ação ocorreu após uma denúncia recebida pela corporação dizendo que o local estava sendo furtado e havia movimentação estranha.

POSTES DE ENERGIA



DIVULGAÇÃO

Prefeitura e empresas alinham remoção de fios em Sumaré

A Prefeitura de Sumaré promoveu nesta quarta-feira (14), no Centro Administrativo (Seminário), em Nova Veneza, uma reunião de alinhamento com empresas de telefonia e internet da cidade, representantes da CPFL e da Secretaria Municipal de Obras. O encontro teve como pauta a aplicação da Lei Municipal nº 5.942, de autoria do vereador Hélio Silva (Cidadania), que trata do alinhamento e da retirada de fios em desuso e desordenados nos postes de energia elétrica do município.

PÁGINA 03

CHARGE



SUMARÉ E NOVA ODESSA APOSTAM EM TECNOLOGIA CONTRA A CRIMINALIDADE...

NÃO... AINDA NÃO TEMOS CONDIÇÕES DE TER UM ROBOCOP!

SALDO POSITIVO



DIVULGAÇÃO

Nova Odessa cria 907 empregos no 1º trimestre

As empresas, comércios, prestadores de serviço e o agronegócio de Nova Odessa contrataram 1.521 trabalhadores com carteira assinada em março de 2025, exatos 126 a mais do que as 1.395 demissões no mesmo mês. Foi o terceiro mês seguido em que a economia da cidade criou vagas formais de emprego. Assim, o saldo anual parcial chegou a 907 contratações (foram 5.047 admissões e 4.140 demissões no primeiro trimestre).

PÁGINA 04

Clima Região



Dia de sol, com nevoeiro ao amanhecer. Muitas nuvens à tarde e à noite.

TEMPERATURA

Mínima 14° • Máxima 25°

Loterias



MEGA-SENA

Concurso 2862

Terça-feira, 13 de Maio de 2025

02 04 14 18 22 44

LOTOFÁCIL

Concurso 3390

Terça-feira, 13 de Maio de 2025

01 02 03 04 06
08 12 13 15 16
19 20 21 22 24

QUINA

Concurso 6728

Terça-feira, 13 de Maio de 2025

08 15 38 44 80

LOTOMANIA

Concurso 2769

Segunda-feira, 12 de Maio de 2025

08 10 15 24 29
31 34 40 41 48
51 58 67 69 73
74 81 87 92 96

DUPLA SENA

Concurso 2806

Segunda-feira, 12 de Maio de 2025

1º SORTEIO

08 10 32 39 41 50

2º SORTEIO

04 09 13 30 31 40

Telefones úteis



SUMARÉ

BRK Ambiental.....	0800 771-0001
Bombeiros.....	193
Delegacia de Polícia.....	3873-1518
UPA Macarenko.....	3903-1455
Prefeitura Municipal.....	3399-5100
Seminário.....	3399-5700
Câmara Municipal.....	3883-8810
Fórum.....	3873-2811
Delegacia da Mulher.....	3873-3493
Ciretran.....	3883-7100
Guarda Municipal.....	3873-2656
Polícia Militar.....	190 / 3873-1918
Conselho Tutelar.....	3828-7893
Procon.....	3873-1071
Hospital Regional.....	3828-4727
Rodoviária.....	3873-2026
Cartório de Registro Civil.....	3828-1739
Iluminação Pública.....	156

HORTOLÂNDIA

Sabesp.....	3865-1091
Bombeiros.....	193 / 3236-3733
Delegacia de Polícia.....	3865-2517
Prefeitura Municipal.....	3965-1400
Câmara Municipal.....	3897-9900
Ciretran.....	3897-6022
Guarda Municipal.....	3809-8000
Polícia Militar.....	190 / 3897-6033
1º Distrito Policial.....	3887-1701
2º Distrito Policial.....	3909-9003
Conselho Tutelar.....	3865-3287
Procon.....	3809-2289
Defesa Civil.....	3897-9852
Maternidade.....	3809-5100
Emergência.....	192 / 3897-5944
Zoonozes (CCZ).....	3897-5974

Direito da Saúde: a batalha dos pacientes oncológicos contra os planos de saúde no Brasil

Pedro Quagliato é advogado especialista em Direito da Saúde e do Consumidor, no Quagliato Advogados

Imagine estar diante do maior desafio da sua vida: o diagnóstico de um câncer raro e agressivo. Agora, some a isso a recusa do seu plano de saúde em custear o tratamento prescrito pelo seu médico. Infelizmente, essa é a realidade enfrentada por muitos brasileiros — e foi exatamente o que viveu um morador de Campinas (SP), cuja história foi registrada em decisões recentes do Tribunal de Justiça de São Paulo.

O paciente foi diagnosticado com um tumor de pâncreas — uma condição grave que exige tratamentos modernos e contínuos. Com a progressão da doença, foram indicados medicamentos de alto custo, mas o plano de saúde se recusou a custear o tratamento, alegando que os remédios não constavam no rol da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) — a lista de procedimentos considerados obrigatórios pelas operadoras.

Sem alternativa e com urgência no tratamento, o paciente precisou arcar com dezenas de milhares de reais em despesas médicas. Em situações como essa, é comum ver a família se desdobrando. Vendendo bens, desfazendo-se de patrimônio, abrindo mão de reservas para custear o mínimo necessário à sobrevivência de quem se ama.

A única saída foi recorrer ao Judiciário — que lhe deu razão em todas as instâncias: na Vara Cível (primeira instância), no Tribunal de Justiça de São Paulo — TJSP (segunda instância) e, por fim, no Superior Tribunal de Justiça — STJ (terceira instância). Os tribunais reconheceram que, embora o rol da ANS sirva como referência, ele não pode ser usado para negar terapias prescritas por médicos especialistas. “Se a doença está coberta, não se pode negar o tratamento necessário para combatê-la”, pontuou um dos julgadores.



A situação não é isolada. Casos semelhantes têm se multiplicado nos tribunais do País. De um lado, operadoras que alegam limites contratuais e altos custos. Do outro, pacientes que lutam contra o tempo e a burocracia, muitas vezes debilitados, física e emocionalmente. O Judiciário tem sido chamado a intervir para garantir o que deveria ser básico: o acesso a um tratamento adequado e digno.

A judicialização da saúde expõe uma face dura da realidade brasileira. Enquanto as famílias se mobilizam e se sacrificam para salvar seus entes queridos, muitos planos de saúde impõem obstáculos administrativos e contratuais, que só aumentam o sofrimento. Mesmo quando há decisão favorável, o processo costuma ser lento — e o tempo, para um paciente oncológico é fator decisivo.

Atuar judicialmente em casos como esse é um enorme desafio humano e profissional. Lidar com a urgência do tratamento e com a fragilidade emocional dos pacientes e de seus familiares exige empatia, prontidão e sensibilidade. Cada minuto importa — mas do outro lado está a lentidão do sistema judiciário, que nem sempre acompanha a velocidade com que a doença avança.

É angustiante ver famílias ansiosas por uma resposta que pode definir a continuidade de um tratamento, enquanto enfrentamos protocolos processuais e prazos legais que desconsideram a urgência imposta pela doença. Ainda assim, é justamente nesses casos que a advocacia mostra sua dimensão mais nobre — lutar, com técnica e sensibilidade, pelo direito à vida.

Artigo produzido com base em decisões públicas do Tribunal de Justiça de São Paulo. Nomes e detalhes foram suprimidos para preservar a identidade dos envolvidos.

A aversão da extrema direita pela Universidade

José Eduardo Campos Faria é professor da Faculdade de Direito da USP/Jornal da USP

Exemplo do que ocorreu com o nazismo e o fascismo, na década de 1930, e com o bolsonarismo e o trumpismo entre os anos de 2017/2018 e 2021/2022, as instituições acadêmicas continuam suscitando um desafio para governos autoritários e iliberais, como se vê no início do segundo mandato de Donald Trump, à frente do governo dos Estados Unidos.

Por um lado, Trump vê as universidades como ameaça aos valores tradicionais, motivo pelo qual seu governo só decidiu oferecer subsídios e financiar as atividades de ensino e pesquisa às universidades que se submetem à sua visão de mundo. Para se ter ideia do alcance dessa medida, em 2023 foram repassados pelo governo Biden a essas universidades US\$ 60 bilhões para atividades de pesquisa e desenvolvimento — e, das 25 instituições que mais obtiveram recursos federais, 16 passaram a ser investigadas após o governo Trump tê-las acusado de desprezar os tais valores tradicionais.

Por outro lado, o governo Trump e a extrema direita que o apoia têm consciência de que precisam das inovações propiciadas pelas instituições acadêmicas para assegurar aquilo que ele persegue: o domínio absoluto nos campos da tecnologia, da economia e da força militar. No entanto, é possível conciliar as duas coisas? Se a resposta for afirmativa, como promover essa conciliação?

Esta discussão não é nova. A história moderna e contemporânea sempre evidenciou como as relações entre Estado e financiamento de universidades — especialmente no que se refere à formação de quadros técnicos e desenvolvimento da ciência e tecnologia de ponta — tendem a converter saber eficaz muitas vezes é sinônimo de poder econômico e político. Também mostrou como, num determinado momento, a extrema direita americana alargou o conceito de inimigo político interno, com o objetivo de incluir nele professores e intelectuais com pensamento crítico.

Os Estados Unidos, por exemplo, obtiveram a hegemonia econômica, política e militar em termos mundiais quando passaram a atrair as elites científicas europeias depois da primeira guerra mundial, entre 1914 e 1918. E, a partir do momento em que sucessivos governos americanos se tornaram um dos principais financiadores de pesquisa científica, inovação e desenvolvimento, eles impuseram a chamada pax americana a partir do final da segunda guerra mundial, ocorrida entre 1939 e 1945.

Agora, num período da história contemporânea em que os problemas sociais, econômicos e políticos mais importantes exigem a produção e o processamento de um alto grau de conhecimento científico inovador, o mundo assiste a ofensiva da extrema direita liderada por Trump contra a autoridade científica, à liberdade de expressão e à liberdade acadêmica, chegando até mesmo ao ponto de tentar intervir no Departamento de Estudos sobre Oriente Média da Harvard University e de tentar obrigá-la a reformular o processo seletivo de estudantes estrangeiros para impedir a matrícula de alunos hostis aos valores americanos.

Trata-se de uma iniciativa que retira isenções fiscais, subsídios e financiamentos às universidades americanas que se negam a ser submissas. E a justificativa — baseada em falsidades e mentiras — é que essas universidades não estariam combatendo o antissemitismo, seriam palco de um ativismo excessivamente progressista e enfatizariam a tríade diversidade, a equidade e a inclusão, pondo assim o ativismo à frente do conhecimento e, por consequência, deixando de formar “melhores cidadãos”.

Na realidade, o que se está vendo são dois fatos preocupantes — ambos ligados ao que a filósofa Hannah Arendt chamava de mentiras públicas. De um lado, destaca-se o risco de erosão da autoridade do establishment científico americano contemporâneo. De

outro, a corrosão dos próprios os valores políticos americanos, baseados numa democracia multicultural.

Quando governantes mentirosos mascararam a verdade que desejam esconder para se manter no poder, dizia Arendt, eles vão muito além do oportunismo e da má fé. Isto porque, quando têm sucesso, destroem tradições sociais, políticas e jurídicas, o que lhes abre caminho para transferir o poder democrático para a política, para o exército e para a massa alienada que os apoia.

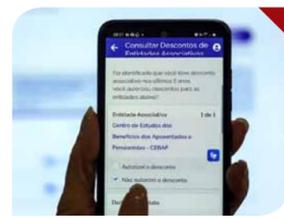
Mentiras são mais clamantes à razão do que a realidade, pois os políticos mentirosos sabem, de antemão, o que a plateia ou o auditório quer ouvir. “A negação deliberada da verdade dos fatos — isto é, a capacidade de mentir — e a facultade de mudar os fatos — a capacidade de agir — estão interligadas, devendo sua existência a uma mesma fonte. Trata-se da imaginação”, dizia Arendt. Publicado há quase seis décadas, seu ensaio sobre a mentira na política prima por uma preocupante atualidade. Um dos meios mais eficazes de deter o avanço da mentira e da manipulação da verdade quase sempre passa pela independência e pela autoridade dos espaços acadêmicos — concluía. Por isso, fica claro porque políticos como Trump e sua versão tupiniquim, Jair Bolsonaro, jamais hesitaram em investir contra o saber científico, contra as liberdades de expressão e de pesquisa, contra os processos vigentes de contratação de docentes e de seleção de estudantes e contra a autonomia universitária em didática e administrativa.

Para eles, o desprezo pela ciência e a compulsão pela mentira são as armas que têm para ascender ao poder e tentar nele se manter, independentemente do que dizem as constituições de seus países. São os meios que utilizam para reduzir a autonomia universitária e acabar com a auto-organização da ciência. São os instrumentos de que se valem ao destinar recursos financeiros apenas às instituições de ensino superior que substituem debates abertos — mas teórica e analiticamente bem fundamentados — pelo princípio do magister dixit e pelo culto ao líder.

Para aqueles de minha geração que entraram na universidade na segunda metade dos anos de 1960, nada do que vemos hoje nos Estados Unidos surpreende. Naquela época, a ditadura brasileira cassava, torturava e exilava professores e intervinha nos programas acadêmicos, vetando determinados autores. Para aqueles de minha geração que seguiram a carreira universitária, também não surpreendeu o lançamento, pelo Instituto General Villas Bôas, meses antes das eleições presidenciais de 2022, de um “projeto de nação” formulado por militares vinculados ao bolsonarismo, no qual pregavam a luta contra “a ideologização radical do ensino”, o combate “práticas comportamentais distorcidas que afetam as atividades de ensino superior, prejudicando a formação do cidadão” e mudanças no “processo de escolha de reitores das universidades públicas com o objetivo de restringir as influências de grupos de interesses políticos, ideológicos e outros que não voltados ao bem comum”.

A verdade é que não há muita diferença entre o que Trump vem fazendo nos Estados Unidos, comprometendo o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, e o que já ocorreu no Brasil por iniciativas decorrentes de golpes militares. É assim que a extrema-direita trata a universidade: como um locus em que os horizontes de vida e as ideias de alunos e professores são encardidos pelo poder político dominante tão perigosos que não têm direito a salvaguardas constitucionais.

Se na década de 1930 nazistas e fascistas promoviam queimas públicas de livros como parte da sua política de perseguição a intelectuais e acadêmicos, na década de 2020 a extrema direita promove a asfixia financeira da universidade.



INSS ainda não sabe quantos aposentados foram lesados na região

➔ LEIA MAIS NA PÁGINA 05

Prefeitura alinha remoção de fiação solta em postes nas ruas de Sumaré

Encontro entre Executivo, CPFL e companhias de telefonia e internet discutiu praticidade da lei municipal que prevê a retirada de fios inutilizados que estão espalhados pela cidade para aumentar segurança e reduzir a poluição visual

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Sumaré promoveu nesta quarta-feira (14), no Centro Administrativo (Seminário), em Nova Veneza, uma reunião de alinhamento com empresas de telefonia e internet da cidade, representantes da CPFL e da Secretaria Municipal de Obras. O encontro teve como pauta a aplicação da Lei Municipal nº 5.942, de autoria do vereador Hélio Silva (Cidadania), que trata do alinhamento e da retirada de fios em desuso e desordenados nos postes de energia elétrica do município.

A legislação visa aumentar a segurança da população e reduzir a poluição visual nas vias públicas, exigindo que a concessionária ou permissionária de energia elétrica organize a fiação nos postes, retirando os fios inutilizados ou desalinados. A lei também prevê sanções e multas em caso de descumprimento.



Governo informou em reunião que pretende acompanhar aplicação da lei elaborada pelo vereador Hélio Silva

De acordo com o secretário de Obras, Bruno Khoury, a iniciativa é uma importante etapa para organizar a infraestrutura urbana de Sumaré. “Essa lei vem para garantir mais segurança e melhorar o as-

pecto visual da cidade. O apoio das empresas de telefonia e internet e a atuação da CPFL são fundamentais para que possamos avançar nesse trabalho com eficiência e responsabilidade”, afirmou Khoury.

O prefeito Henrique do Paraíso (Republicanos) reforçou o compromisso da administração com a melhoria do espaço urbano. “Estamos empenhados em garantir mais qualidade de vida para a população. A

retirada de fios em desuso e a organização da fiação são medidas simples, mas que fazem grande diferença no dia a dia das pessoas. E vamos acompanhar de perto a aplicação da lei”, destacou o prefeito.

A reunião marcou o início das ações práticas para o cumprimento da Lei nº 5.942 e estabelece uma parceria entre o poder público, a concessionária de energia e as empresas de telefonia.

NECESSIDADES CULTURAIS

Sumaré faz escuta pública para definir aplicação dos recursos da PNAB 2025

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Secretaria de Cultura e Turismo de Sumaré deu início à escuta pública para a construção do Plano de Aplicação de Recursos (PAR) da Política Nacional Aldir Blanc de 2025 (PNAB). A iniciativa, que define os

segmentos culturais que receberão investimentos no município, será realizada em três etapas, com o objetivo de garantir uma participação ampla e democrática.

A primeira fase da consulta foi realizada por meio de um formulário online, disponibilizado entre os dias 29 de abril e 6 de maio,

permitindo que artistas e representantes da sociedade civil expressassem suas opiniões. A segunda etapa acontecerá no próximo dia 20 de maio, às 19h, por meio de uma live no Instagram oficial da Secretaria de Cultura (@culturasumaré). Por fim, a escuta presencial será realizada no

dia 22 de maio, às 19h, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, localizado na Travessa Primeiro Centenário, nº 32, Centro.

O objetivo da escuta é ouvir a população e as diversas expressões artísticas para compor um plano que atenda às reais necessidades culturais da cidade.

De acordo com a gestora da pasta, a consulta é uma exigência da PNAB, mas a Secretaria optou por ampliá-la, oferecendo três etapas que asseguram uma participação ampla, democrática e transparente de toda a população.

“Mais do que cumprir uma obrigação legal, estamos construindo uma política pública com base no diálogo direto com quem vive e faz cultura em Sumaré. Pensar de forma ampla, com múltiplas formas de consulta, é garantir repre-

sentatividade e uma aplicação de recursos realmente eficaz e transformadora para a nossa cultura”, afirmou a secretária Cecília Teixeira.

A iniciativa contempla mais de 50 segmentos, como música, teatro, dança, cultura popular, audiovisual, artes visuais, patrimônio cultural, entre outros. Os dados coletados nas três modalidades — online, virtual e presencial — subsidiarão o PAR, que definirá como e onde os recursos da PNAB 2025 serão investidos no município.

REGIÃO EM PAUTA

Câmara de Sumaré sedia reunião do Parlamento da RMC nesta sexta-feira

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Câmara Municipal de Sumaré sedia a 3ª reunião do Parlamento da Região Metropolitana de Campinas (RMC) de 2025, nesta sexta-feira (16). O evento reúne mensalmente representantes do Poder Legislativo das 20 cidades da região para debater problemas e soluções de interesse regional. O encontro terá início às 10h. A sessão será conduzida pelo presidente do Parlamento da RMC, vereador Luiz Rossini (Republicanos), que também é chefe do Legislativo de Campinas. O anfitrião do evento, vereador Hélio Silva (Cidadania), presidente da Câmara de Sumaré, é o 1º vice-presidente do Parlamento da RMC.



Encontro de representantes do Poder Legislativo debaterá problemas e soluções de interesse regional

Durante a reunião, a diretora acadêmica da Escola do Legislativo de Campinas (Elecamp), Nely Castanheira, fará uma palestra com o tema “Escola do Legislativo: o

fortalecimento das Câmaras Municipais e a aproximação com a sociedade”. Nely é presidente da Associação Paulista das Escolas do Legislativo e de Contas (Apel). O pre-

sidente da Escola do Legislativo Professora Ceilita Miranda de Nadai da Câmara de Sumaré, vereador Dudu Lima (Cidadania), também falará sobre o tema.

A reunião deste mês acontece na semana em que será comemorado, pela primeira vez, o Dia Nacional da Educação Legislativa, celebrado anualmente no dia 15 de maio. A Lei 14.798 é resultado de proposta de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), aprovada no Senado em dezembro do ano passado. A data de 15 de maio faz alusão à criação, em 2003, da Associação das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel), um marco que permitiu a institucionalização da educação legislativa nos parlamentos e tribunais de contas do país. Com a lei, o Dia Nacional da Educação Legislativa passou a integrar o calendário oficial de eventos nacionais.

PARLAMENTO

O Parlamento da RMC funciona como um espaço de cooperação, em que vereadores e gestores públicos das 20 cidades da

região se encontram para debater e sugerir políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional.

A diretoria eleita para o biênio 2025-2026 é composta pelos vereadores Luiz Rossini, de Campinas (presidente); Hélio Silva, de Sumaré (1º vice-presidente); Beto Carvalho, de Monte Mor (2º vice-presidente); Adalberto Bergo Filho, de Santo Antônio de Posse (1º secretário); João Rafael Cavenaghi, de Pedreira (2º secretário); Oséias Domingos Jorge, de Nova Odessa (3º secretário); Ramon Lamarine de Moraes, de Morungaba (1º tesoureiro); e Rodrigo Reis de Souza, de Jaguariúna (2º tesoureiro).

De Sumaré, o presidente Hélio Silva integra ainda as comissões de Transporte, Logística e Infraestrutura e de Saúde. A Comissão de Educação também conta com um integrante do Legislativo de Sumaré, o vereador Dudu Lima.

R\$ 198 MIL

Justiça dá 30 dias para Prefeitura de Monte Mor responder ação de cobrança

Impulcetto Serviços Elétricos cobra quase R\$ 200 mil por contrato firmado em 2022 sob alegação de enriquecimento ilícito da administração municipal; valor corresponde a parcelas não pagas após restituição de créditos junto à CPFL

Paulo Medina • MONTE MOR
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Justiça determinou que a Prefeitura de Monte Mor apresente, em até 30 dias úteis, contestação em uma ação de cobrança movida pela empresa Impulcetto Serviços Elétricos LTDA. A decisão é do juiz Gustavo Nardi, da 1ª Vara Cível. A empresa cobra o pagamento de R\$ 198.676,33 por serviços prestados ao município em 2022, contratados com o objetivo de recuperar valores pagos indevidamente à Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL).

De acordo com os autos, a Impulcetto venceu um prego presencial da Prefeitura de Monte Mor, então sob a gestão do ex-prefeito Edivaldo Brischi (PSD), e firmou contrato para analisar contas de energia elétrica de prédios públicos. O trabalho resultou na identificação de cobranças devidas e posterior devolução de R\$ 368 mil à administração municipal, com aval da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

O contrato estabelecia o pagamento de R\$ 210 mil

Município é alvo de ação judicial que cobra R\$ 198 mil por serviços técnicos feitos, mas não pagos



em seis parcelas iguais de R\$ 35 mil. No entanto, apenas duas foram quitadas, gerando um débito de R\$ 140 mil. Com juros e correção, o valor chega a R\$ 198,6 mil.

A empresa afirma que mesmo após a prefeitura

ter recebido os valores de volta da CPFL, os pagamentos pelos serviços prestados não foram realizados. Após notificação extrajudicial sem resposta em novembro de 2023, a Impulcetto ingressou com a ação judicial, acusando

a prefeitura de “enriquecimento ilícito”.

No processo, a defesa da empresa argumenta que a inadimplência do poder público viola os princípios da legalidade e moralidade administrativa. A ação é direcionada à atual ges-

tão do prefeito Murilo Rinaldo (PP).

O município enfrentou, nos primeiros meses do ano, uma dívida total de aproximadamente R\$ 175 milhões, segundo dados informados pela própria administração.

OUTRO LADO

A Prefeitura de Monte Mor informou que os fatos relatados se referem à gestão anterior, de modo que a prefeitura está fazendo o levantamento das informações e documentos inerentes. “A prefeitura informa que, apenas recentemente, foi citada no processo judicial em questão. Em razão disso, tratando-se de matéria sub judice, ou seja, que está sob análise do Poder Judiciário, o município, por meio de sua Procuradoria Jurídica, apresentará defesa, no prazo legal, expondo todos os fatos e fundamentos pertinentes ao caso perante a autoridade judicial competente. A atual Administração Municipal reitera que todas as medidas cabíveis em relação a este processo estão sendo tomadas para garantir a defesa dos interesses do município, reiterando seu compromisso com a legalidade, a transparência e o respeito aos trâmites processuais, confiando na Justiça para a resolução da demanda. Quaisquer informações adicionais sobre o mérito da causa serão tratadas exclusivamente no âmbito do processo judicial, conforme determina a legislação”.

NO AZUL

Nova Odessa cria 907 empregos formais no primeiro trimestre

Da Redação • NOVA ODESSA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

As empresas, comércios, prestadores de serviço e o agronegócio de Nova Odessa contrataram 1.521 trabalhadores com carteira assinada em março de 2025, exatos 126 a mais do que as 1.395 demissões no mesmo mês. Foi o terceiro mês seguido em que a economia da cidade criou vagas formais de emprego. Assim, o saldo anual parcial chegou a 907 contratações (foram 5.047 admissões e 4.140 demissões no primeiro trimestre).

Os dados oficiais são do Ministério do Trabalho e Emprego. O total de trabalhadores empregados com carteira assinada em empresas de Nova Odessa atualmente é de 24.816 pessoas – número que não leva em conta os moradores da cidade que trabalham em outros municípios.

Em todo o ano passado, o setor produtivo novao-



Desde 2021, são 4.164 empregos adicionais criados pelo setor produtivo do município

dessense registrou criação de postos de trabalho, com um saldo positivo de 644 novos empregos (foram 17.220 contratações em 12 meses, perante 16.576 demissões em 2024).

Desde 2021, quando entrou em vigência a atual política de desenvolvimento econômico e atração de empresas para a cidade implantada pelo prefeito Cláudio Schooder, o Leiti-

nho (PSD), e seu vice Alessandro Miranda, o Mineirinho (União), já são 4.164 empregos adicionais criados (levando em conta sempre o resultado das admissões menos as demissões).

Foram 1.605 novas vagas de 2021, mais 690 em 2022, 318 novos postos de trabalho gerados em 2023 e 644 em todo o ano passado – ou seja, a economia de Nova Odessa criou novos empregos todos os anos ao longo dos últimos quatro anos.

PRÓ-DESENVOLVIMENTO

Para alcançar estes resultados positivos para as famílias dos trabalhadores de Nova Odessa, a prefeitura adota desde 2021 uma nova e agressiva política de desenvolvimento econômico e atração de novas empresas e comércios para a cidade. As ações começaram ainda na pandemia, com a modernização da “Lei Municipal de Incentivo” (o ProdeNO).

Desde então, a prefeitura criou iniciativas de fomento à economia, como a viabilização do Poupatempo Paulista, a criação do CRET (Centro de Referência do Empreendedor e do Trabalhador), a realização de quatro Feirões do Emprego e a criação de duas novas Feiras Noturnas (Jardim Santa Rita e Jardim Santa Luiza/Parque Triunfo).

Também trouxe os cursos gratuitos do Projeto “Cozinhamento” e do “Alimente-se Bem” do SE-SI-SP, criou o Novatec (Programa de Orientação Profissional para formandos do Ensino Médio da Rede Pública), as Feiras do Carro Usado e o “Nova Odessa +Barato: Outlet Municipal”.

Fez em 2023 o tão sonhado convênio com Estado para instalação do Corpo de Bombeiros da PM (garantindo menores valores de seguro empresarial) e passou a incluir os feirantes, empreendedores e artesãos nas festas da cidade. E o município inaugurou em 2024 o Novo CTV (Centro de Treinamento e Valorização Profissional e Oficina de Costura e Fraldas).

Já são ao menos 30 grandes empresas atraídas para a cidade desde 2021, incluindo nomes de peso como o enorme Centro de Distribuição do Grupo SC (Santa Cruz)/PanPharma, a Transportadora RodoBox Logística, a unidade da Localiza Veículos, a Bekaert Deslee, o Shopping ZED Boulevard e o Centro de Operação Desktop da Avenida Ampeleio Gazzetta, entre outras.

VESTIBULAR 2025

FACULDADE É FAM

INSCREVA-SE

VESTIBULARFAM.COM.BR

FAM Faculdade de Americana



INSS não sabe quantificar aposentados lesados por descontos ilegais na região

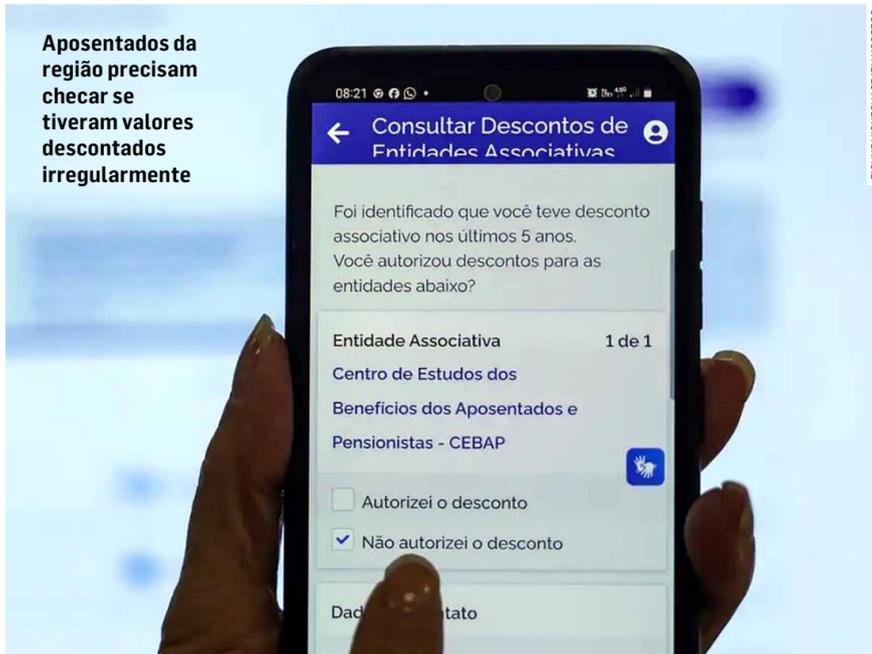
Apesar de notificar 9 milhões de segurados pelos descontos indevidos, órgão federal disse que não tem informações sobre número de pessoas prejudicadas nos cinco municípios; valores não autorizados podem ser contestados à União

Paulo Medina • REGIÃO
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Mesmo após o início das notificações sobre descontos indevidos em benefícios previdenciários, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ainda não sabe informar quantos aposentados e pensionistas podem ter sido lesados em Sumaré, Hortolândia, Paulínia, Nova Odessa e Monte Mor. A informação foi confirmada pelo próprio órgão em resposta ao **Tribuna Liberal** nesta quarta-feira (14), que questionou a extensão do problema em nível regional. O órgão disse “não ter essas informações”.

O INSS iniciou uma ampla ação para notificar cerca de 9 milhões de segurados em todo o país sobre descontos realizados por entidades e associações sem o consentimento dos aposentados. A medida veio acompanhada da abertura de um canal de devolução dos valores descontados de forma indevida.

Desde esta quarta-feira, os prejudicados podem so-



Aposentados da região precisam checar se tiveram valores descontados irregularmente

licitar o ressarcimento por meio do aplicativo Meu INSS, pelo site meu.inss.gov.br ou pelo telefone 135. A ferramenta digital também passou a contar com o serviço “Consultar Descontos de Entidades Associativas”, que permite verificar para qual entidade os valores foram direcionados.

Apesar da mobilização, o INSS ainda não dispõe de dados regionais que permitam dimensionar o número de segurados atingidos nos municípios da região.

Segundo o próprio INSS, instabilidades estão sendo registradas no aplicativo devido ao elevado número de acessos simultâneos. A

Dataprev, empresa responsável pela área tecnológica do órgão, está monitorando a situação.

Para minimizar o impacto nos atendimentos, o governo negocia com os Correios a possibilidade de uso das 8,5 mil agências do país para atendimento presencial — alternativa para

os segurados que não dominam os meios digitais.

A recomendação é que os aposentados verifiquem imediatamente se foram vítimas de descontos não autorizados e, caso necessário, iniciem o processo de contestação e reembolso.

O **Tribuna Liberal** revelou que a 2ª Vara Cível de Sumaré condenou a Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos (AMBEC) a indenizar uma idosa da cidade, após reconhecer a prática de descontos indevidos no benefício previdenciário da aposentada.

A sentença declara inexistente qualquer vínculo jurídico entre a idosa e a entidade, além de determinar a devolução em dobro dos valores subtraídos e o pagamento de R\$ 15 mil por danos morais.

A sumareense começou a perceber, desde dezembro de 2023, descontos mensais de R\$ 45,00 sob a rubrica “Contribuição AMBEC” em seu extrato do INSS, sem jamais

ter autorizado filiação à entidade.

A defesa da AMBEC apresentou gravação telefônica como possível prova de consentimento, mas o juiz André Pereira de Souza considerou que não houve clareza sobre os serviços oferecidos, tampouco cumprimento da exigência legal de autorização expressa e por escrito.

Investigações federais envolvem a própria AMBEC e outras associações apontadas como suspeitas de fraudar o sistema previdenciário por meio de descontos indevidos em aposentadorias e pensões.

A Controladoria-Geral da União (CGU) assumiu a apuração dos casos, retirando a responsabilidade do INSS após identificar indícios de participação de servidores públicos no esquema.

A Operação Sem Desconto, deflagrada no fim de abril pela CGU em parceria com a Polícia Federal, estima um desvio que pode ultrapassar R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024.

TEMPORADA 2025

Centro de Formação entrega uniformes para atletas de Sumaré



Jovens de Sumaré receberam camisa, calção e meião padronizados com projeto

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O Centro de Formação de Atletas de Sumaré realizou a entrega oficial dos novos uniformes da temporada 2025 para os jovens atletas das categorias sub-09 ao sub-15 nesta semana. O evento aconteceu no anfiteatro do Seminário de Nova Veneza e reuniu pais, treinadores, autoridades e os jogadores que integram o projeto esportivo.

Os novos uniformes representam mais do que apenas uma nova vesti-

menta: são o símbolo de pertencimento, motivação e valorização dos atletas que se dedicam aos treinos e competições representando o município, segundo o governo municipal. Durante a cerimônia, os jovens receberam com entusiasmo as peças, que incluem camisa, calção e meião padronizados com as cores e identidade visual do projeto.

O secretário de Esportes e Lazer, Pedro Rocha, destacou a importância do momento para o desenvolvimento do esporte na cidade. “É um orgulho ver

nossos atletas de base vestindo esse uniforme com tanta alegria. Isso mostra o quanto o esporte transforma vidas. Investir nos nossos jovens é investir no futuro de Sumaré”, afirmou.

O Centro de Formação de Atletas é uma iniciativa da Prefeitura de Sumaré, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, sob gestão de Herivelton Canhete. O centro oferece treinamento gratuito, acompanhamento técnico e estrutura adequada para o desenvolvimento esportivo de crianças e adolescentes.

NOMEAÇÃO DE CAMPO

Projeto de Allan Sangalli que homenageia Lucas ‘Canindé’ é aprovado na Câmara

Paulo Medina • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Câmara Municipal de Sumaré aprovou, nesta semana, o Projeto de Lei de autoria do vereador Allan Sangalli (PSB), que denomina oficialmente o campo de futebol do Parque Bandeirantes como “Arena Canindé”, em homenagem a Lucas André Levindo Augusto, jovem morador do Jardim Bom Retiro falecido precocemente aos 26 anos.

Conhecido por todos como “Canindé”, Lucas

nasceu em Sumaré no dia 11 de maio de 1998 e se destacou como um entusiasta do futebol amador na cidade. Jogador do tradicional time União Bom Retiro, ele ficou marcado por seu espírito coletivo e dedicação ao esporte e à comunidade.

Aprovado por unanimidade, o projeto prevê a instalação de uma placa indicativa com o novo nome no campo localizado na Rua Alair Moreira. Segundo o texto do projeto, as despesas para essa mudança

correrão por conta do orçamento municipal.

Sangalli destacou que a iniciativa busca mais do que apenas nomear um espaço público, mas eternizar a memória do jovem que representa o verdadeiro espírito comunitário do futebol de várzea.

“Canindé cultivou um amor incondicional pelo futebol. Jogador do time União Bom Retiro, ele era conhecido por sua alegria, espírito de equipe e amizade sincera com todos ao seu redor. Sua paixão pelo es-



Vereador Allan Sangalli defende memória de personalidade do futebol amador sumareense

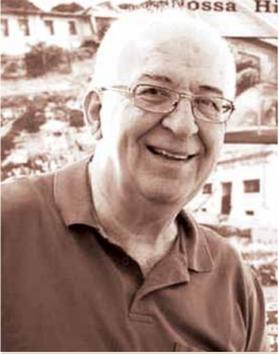
porte o tornou uma figura marcante na comunidade e dentro do campo que agora propomos que leve seu nome. Para além do futebol, Canindé era um pai dedicado e amoroso para sua filha Sarah, que era o centro de sua vida. Sua personalidade cativante e sua visão de vida leve e otimista marcaram todos que tiveram o privilégio de conhecê-lo. A homenagem proposta não apenas eterniza sua memória em um espaço que tanto amava, mas também reforça a importância do futebol amador na formação de laços comunitários e na preservação da história local”, afirmou Allan Sangalli.

A sanção da lei e sua publicação oficial podem ocorrer nos próximos dias.

RECREATIVO 75 ANOS

José Maria Matosinho

AUTOR DO TEXTO



Alaerte Menuzzo

Professor de História e Diretor da Pró-Memória

José Maria Matosinho, aqui retratado, foi um dos maiores políticos de Sumaré. Dono do Cartório de Registro Civil de Sumaré e vereador na Câmara Municipal de Campinas, como representante do então distrito de Sumaré, gozava de uma grande reputação na cidade. Esse prestígio levou-o a uma iniciativa importante: trabalhar pela fusão dos dois clubes da cidade: o Alliança e o Paulista. Foi sob sua liderança que isso aconteceu e surgiu o Clube Recreativo Sumaré, em 1950. Acabou, na sequência, se tornando seu primeiro Presidente da Diretoria. O texto a seguir mostra quem foi esse importante personagem.



FOTOS: PRÓ-MEMÓRIA SUMARÉ

José Maria Matosinho

José Maria Matosinho foi um dos mais ilustres cidadãos que Rebouças-Sumaré já teve. Nascido em Jaú, elegeu Sumaré como a sua cidade. Ligado à atividade cartorária, acabou por casar-se com a filha de uma das mais tradicionais famílias da cidade – Dona Irene Vasconcellos, do qual teria dois filhos: Edmar Matosinho e Edgar Matosinho.

Encontrou um campo adequado na cidade para uma vocação latente: a política. Foi eleito vereador do Município de Campinas, pelos votos do Distrito de Sumaré, com expressiva votação. Reelegeu-se como um dos vereadores mais laboriosos da Câmara Municipal de Campinas, no mandato seguinte.

Foi o primeiro presidente do Clube Recreativo Sumaré, após um trabalho de bastidores que culminou na fusão de dois antigos clubes da cidade: o Alliança e o Paulista.

Participou ativamente do movimento de emancipação de Sumaré, em 1953. Segundo João Rubens Gigo, ele achava prematura a emancipação política do distrito, tendo em vista a falta de lideranças políticas. Mas, segundo o mesmo João Rubens, a vontade popular era a emancipação, e como tal tinha que ser obedecida.

No ano seguinte, fez campanha em favor das candidaturas de Leandro Franceschini e Thomas Didona, na primeira eleição do Município. Nos bastidores, auxiliava os vereadores locais a elaborar proposições no legislativo, usando a experiência adquirida na Câmara Municipal de Campinas. Não obstante sua intensa participação dentro da política sumareense, continuou vin-

culado ao Município de Campinas, tendo vindo a candidatar-se a Prefeito daquele Município, perdendo a eleição para o sr. Rui Novais.

No cenário estadual fez caminhada no antigo PSP (Partido Social Progressista) do falecido Adhemar de Barros. Quando este tornou-se Prefeito de São Paulo, José Maria Matosinho foi diretor da CMTC. Foi convidado a assumir a

direção da CEAGESP – Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo. Chegou a candidatar-se, sem êxito, a deputado federal.

Em Campinas, Miguel Vicente Cury, eleito prefeito, convidou José Maria a assumir a Secretaria das Finanças do Município. Já com problemas de saúde, afastou-se do cargo, e passou a cuidar do seu Cartório, agora em Mauá.

Folclore Sumareense

Cinco de lambuja

Natale, ou Natalino Giometti, era famoso na cidade porque tinha a “mão fechada”, isto é, não jogava dinheiro fora à toa. Cuidava do Armazém de Secos e Molhados da família, que ficava na então Rua 7 de Setembro, logo acima da rua Dom Barreto, onde hoje é a agência do Bradesco.

Com os irmãos Plínio Giometti e Alcides Giometti, mais Carlos França e Justino França, fundaram uma das maiores empresas de Rebouças, a “Gifran”.

Uma das coisas que o Natalino gostava era do Clube Recreativo e Esportivo Alliança, que depois virou Clube Recreativo Sumaré. Nesse clube foi tesoureiro, e dos bons, na diretoria presidida por Ronald de Souza.

Aos domingos, na década de 1960, o Natalino frequentava o bar do Clube Recreativo, que ficava ao lado da sede social, na rua Antônio Jorge Chebabi. Sempre aos domingos. Ia lá por volta das dez horas da manhã, na chamada “hora do aperitivo”, até a hora do almoço.

Nesse dia era comum os associados fazerem apostas nos jogos de domingo do Campeonato Paulista. Um aposta no Corinthians aqui, outra no Palmeiras ali, outra no São Paulo acolá. E tinha também o Santos, que despontava como o grande esquadrão dos anos 1960.

Quem apostava incluía algumas vantagens, como empate ou “lambujas”. Lambuja era um adicional da aposta, um meio de um dos apostadores levar pequena vantagem. Se alguém dava “um de lambuja”, ela só seria ganha se o placar fosse por diferença de 2 gols. Se a diferença fosse de apenas um gol, quem dava a lambuja perdia.

O velho Natalino não gostava desse costume. Era muito seguro em não jogar dinheiro fora. E muito difícil fazer uma aposta com ele. Vai daí que alguém, com espírito de domingo de manhã e alguns aperitivos na goela, animou-se em provocar o Natalino, que era bugrino.

- Dou 5 de lambuja e aposto no Santos contra o Guarani!

Aquilo era demais. Um mel na sopa. Era apostar e ganhar. O Guarani não estava tão ruim assim.

Quebrando todas as regras, e um passado invicto em apostas, Natalino aceitou.

O Santos ganhou de 6 x 0.

Alaerte Menuzzo

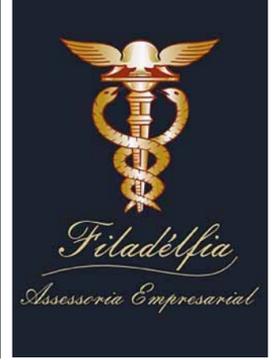
Faleceu em 9 de outubro de 1964, com apenas 45 anos de idade.

A Assembléia Legislativa do Estado cultuou sua memória com voto de pesar pelo seu falecimento. A imprensa de Campinas noticiou com destaque a morte de Matosinho, que tornou-se cidadão campineiro.

Além de grande político, José Maria Matosinho foi seguramente

um dos maiores oradores que Sumaré já teve. Essa qualidade foi largamente enaltecida pela imprensa regional e até pelos próprios adversários políticos.

Em Sumaré, uma das poucas lembranças públicas que Matosinho mereceu foi a de ter seu nome colocado no Plenário da Câmara Municipal. Hoje tem sua foto estampada naquele importante local.



CONJUNTO AQUÁTICO DO RECREATIVO



Registro fotográfico dos anos 1970 do Conjunto Aquático do Clube Recreativo Sumaré. As piscinas recém-inauguradas passaram a ser a maior atração dos associados do Recreativo. Alguns anos mais tarde esse conjunto seria ampliado na presidência de Natalino Noveletto.

EVENTO DO CENTENÁRIO NO RECREATIVO



Fotografia de um evento comemorativo do Primeiro Centenário de Sumaré, acontecido no ano de 1968. Esse acontecimento foi realizado na antiga sede social do Recreativo, na Rua Antônio Jorge Chebabi. Ao fundo, no centro do registro vemos o Professor Leovigildo Duarte Jr. e Ronald de Souza (membro da comissão organizadora dos festejos do Centenário).

TIME DE FUTEBOL DO RECREATIVO



Este foi o melhor time de futebol do Recreativo de sua existência, fotografado no Estádio Luiz Frutuoso. Vemos, de pé, da esquerda para a direita: Gabriel Nogueira de Camargo, José Nogueira de Camargo (Zé Preto), Américo Noveletto (Miliquim), Eduardo Cestari (Tito), José Fagiolo, Aldo Lorençatto e Antônio do Valle (Tonão). Agachados, na mesma ordem: José Tardio (Zé Toco), Odair Salgado (Nê), Amaro Ferreira Quental, Francisco Antônio de Camargo (Simeão) e José Ferreira Quental (Zé Quental).

PRIMEIRO BAILE DAS DEBUTANTES



Foto de associados e diretores do Recreativo por ocasião do primeiro Baile de Debutantes acontecido em Sumaré. O principal responsável pela organização desse evento foi Ronald de Souza, que está de pé, à esquerda no grupo atrás. Complementam a foto: Lázaro Milan, Leandro Franceschini, Antônio Gigo e Alvino Albanuzzi (fila da frente, da esquerda para a direita). Na fila atrás vemos Ronald, Décio Ribeiro Borges, Antônio Sanguini e João Smânio Franceschini.

ANTIGA SEDE DO RECREATIVO



Registro de um baile à rigor realizado na antiga sede do Recreativo, na Rua Antônio Jorge Chebabi. Todas as pessoas mostradas são das famílias Ernesto Foffano e Eduardo Foffano. Foto da década de 1960.

CAMPO DO ALLIANÇA



Fotografia da arquibancada do antigo campo do Alliança, mais tarde rebatizado com o nome de Estádio Luiz Frutuoso, num evento. Arquibancada lotada ao fundo e personalidades sentadas mais à frente. Todo mundo trajado de terno e gravata. Registro provavelmente dos anos 1930.

EPIDEMIA REGIONAL

Sumaré confirma 11ª morte por dengue e realiza ação especial contra a doença

Com mais de 3,8 mil casos, município acelera mobilização de combate a dengue e intensifica vistorias nos bairros críticos; agentes de endemias promoveram atividade com estudantes do Senai, reforçando importância da prevenção



Agentes de endemias de Sumaré orientam alunos do Senai em ação educativa contra mosquito

Paulo Medina • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Secretaria de Saúde de Sumaré confirmou nesta quarta-feira (14) total de 3,8 mil casos de dengue e 11 mortes pela doença até o momento. Em pouco mais de um mês, mais quatro óbitos foram confirmados – no início de abril eram sete na cidade. O município intensificou as ações de combate às arboviroses e na terça-feira (13), os agentes de endemias promoveram uma atividade especial no Senai.

A pasta segue com um cronograma intensivo de controle do mosquito. No último sábado (10), equipes realizaram dedetizações nas Unidades de Saúde da Família (USF) São Judas e Denadai, visando o controle de escorpiões, baratas, ratos e outros vetores.

Nos dias 12 e 13 de maio, os trabalhos se concentraram nos bairros Matão, Jardim Minnesota e Fan-

tinatti, com nebulização costal, visitas casa a casa, aplicação de larvicidas, retirada de criadouros e entrega de telas milimétricas para proteção de caixas d'água. Também foram distribuídos panfletos com informações sobre sintomas da dengue, chikungunya e zika, além de orientações sobre como prevenir o acúmulo de água parada.

Nesta quarta-feira (14), as ações ocorreram nos bairros Parque Bandeirantes e Jardim Bom Retiro, na região da Área Cura. De acordo com o balanço mais recente da Secretaria de Saúde, Sumaré contabiliza 7.118 notificações de dengue, das quais 3.893 foram confirmadas laboratorialmente. A mobilização da população é vista como fundamental para impedir novos casos.

A prefeitura tem reforçado o pedido para que os moradores colaborem, eliminando recipientes que

possam acumular água em quintais, calhas, vasos e outros locais. Durante todo ano passado, foram 16 óbitos pela doença e mais de 6,4 mil casos.

ATIVIDADE EDUCATIVA

Durante o evento no Senai, mais de 70 alunos participaram de atividades lúdicas e educativas, com palestras e orientações sobre como evitar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*. A ação contou com a presença do “Mosquitão da Dengue”, mascote do Controle de Arboviroses, que interagiu com os estudantes, tornando o aprendizado mais leve e atrativo.

“O envolvimento dos alunos é essencial porque eles atuam como multiplicadores das informações em suas casas. Agradecemos ao Senai pela parceria, que fortalece nosso trabalho diário no combate à dengue”, destacou o secretário de Saúde, Rafael Virginelli.

PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Hospital Mario Covas comemora Semana de Enfermagem

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Os profissionais da rede pública de saúde de Hortolândia continuam a ter seu trabalho e dedicação reconhecidos. O Hospital e Maternidade Municipal Mario Covas comemora a Semana de Enfermagem com uma programação especial para os servidores que atuam na própria unidade. A ação é realizada pela Secretaria de Saúde em par-

ceria com a OS (Organização Social) Beneficência Hospitalar Cesário Lange (BHCL), gestora dos serviços de saúde do município.

A programação inclui atividades e palestras sobre cuidado com pacientes, autocuidado, valorização pessoal e profissional, dentre outros temas. A Semana de Enfermagem no Hospital Municipal foi iniciada na segunda-feira (12) e vai até esta sexta-feira (16).



Unidade hospitalar tem programação com série de atividades para servidores



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO MELHORAMENTOS DO RESIDENCIAL REAL PARK SUMARÉ



Convoco os senhores associados da ASSOCIAÇÃO MELHORAMENTOS DO RESIDENCIAL REAL PARK SUMARÉ, com sede na Estrada Mineco Ito, S/N, inscrita no CNPJ Nº 016.873.016/0001-49 para a Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada em AMBIENTE VIRTUAL, por meio da Plataforma Superlógica, com fundamento no Estatuto (artigos 10 e 11), além da lei Ordinária nº. 13.409/22. Os associados devem acessar a plataforma por meio do link abaixo. O associado que não conseguir acessar deve entrar em contato com administradora pelos canais: 19 3306-8588 ou e-mail atendimento@grupohisei.com.br

LINK PARA ACESSO/CADASTRO: <https://heiseiempresari.superlogica.net/clients/areadocondominio>

Ou pelo App da Superlógica (QR Code disponível no alto da página – Instalar o App Área do Condomínio e utilizar o endereço de e-mail do cadastro oficial junto à administradora). Caso o Proprietário tenha trocado de e-mail, ou então, não possua e-mail cadastrado, obrigatoriamente, deverá entrar em contato com a Administradora Heisei, em horário comercial, para atualizar seus dados cadastrais através do e-mail atendimento@grupohisei.com.br ou pelo telefone: (19) 3306-8588, caso contrário, não terá acesso a Assembleia.

A assembleia virtual acontecerá em 2 fases: 1) Fase de Debates: das 19:00 horas às 21:00 horas do dia 28/05/2025, iniciando as 19:00 horas em primeira convocação, havendo quórum, ou às 19:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de participantes; 2) Fase de Votação: início 21:01 horas do dia 28/05/2025 (ou assim que finalizado e até às 23:00 horas do dia 29/05/2025, para votação da seguinte ORDEM DO DIA:

- 1 - Aprovar as contas da Associação no período compreendido entre 01/04/2024 à 30/04/2025, bem como o relatório de atividades do mesmo período;
- 2 - Aprovar as contas das obras de reforma da portaria, quadras e campo;
- 3 - Aprovar o plano anual orçamentário de maio/2025 a abril/2026 e o valor da nova taxa associativa (contribuição mensal)

1) FASE DE DEBATES: No dia 28/05/2025 das 19:00 às 21:00 horas, haverá a abertura da assembleia que acontecerá de forma remota (vídeo conferência), por meio do aplicativo Zoom, em link a ser disponibilizado no ambiente virtual da plataforma adotada - Superlógica. Após a abertura da assembleia será permitido direito de manifestação por voz e vídeo a quem desejar.

2) FASE DE VOTAÇÃO DA ASSEMBLEIA: ocorrerá na mesma Plataforma Superlógica e estará disponibilizada no período compreendido entre as 21:01hrs do dia 28/05/2025 e até as 23:00 horas do dia 29/05/2025.

Cada Associado terá direito a 01 (um) voto por unidade, desde que adimplentes com suas obrigações. O voto por procuração é permitido apenas aos lotes de propriedade de pessoa jurídica, e desde que por instrumento com poderes expressos, e com firma reconhecida do outorgante, os quais devem ser enviados até o dia 26/05/2025 às 17:00 horas para a administradora por e-mail: atendimento@grupohisei.com.br.

Para a operação da Plataforma Superlógica foi designada a Sra. Vanessa Generoso Asahara, representante da Administradora Heisei contratada para operacionalizar a assembleia. Cada associado pode realizar o registro de seu voto na opção desejada, durante o período de vigência da assembleia virtual aberta para esta finalidade.

Ficam cientificados que as decisões tomadas na Assembleia obrigam a todos os associados.

Sumaré, 12 de maio de 2025.

Documento assinado digitalmente
PRISCILA FERNANDES HOLANDA
Data: 12/05/2025 15:57:54-0300
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Diretora Presidente - Priscila Fernandes Holanda

ANIVERSÁRIO DA CIDADE

Paço suspende atendimento público na segunda-feira, em Hortolândia

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Hortolândia comemora seu aniversário de 34 anos de emancipação política, na próxima segunda-feira (19). Em razão disso, a prefeitura informou que o atendi-

mento à população no Palácio dos Migrantes Paço Municipal Prefeito Ângelo Augusto Perugini, sede administrativa da cidade, e demais repartições públicas do município será suspenso na segunda. O funcionamento dos órgãos públicos

municipais será feito normalmente até às 17h desta sexta-feira (16). O expediente será retomado na próxima terça-feira (20), às 8h.

Os serviços essenciais de saúde, segurança pública e coleta de resíduos irão funcionar normalmente.



Expediente se encerra nesta sexta e será retomado na próxima terça

PARECER FAVORÁVEL

Vereadores seguem TCE-SP e mantêm aprovadas contas 2022 de Zezé Gomes

Parlamentares acolheram parecer do tribunal que recomendava aprovação das contas do prefeito relativas a 2022; relatório destacou cumprimento de investimentos acima do mínimo constitucional e superávit orçamentário

Paulo Medina • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Os vereadores de Hortolândia mantiveram e aprovaram nesta semana o parecer favorável do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) sobre as contas do prefeito José Nazareno Zezé Gomes (Republicanos) referentes ao exercício de 2022.

A decisão foi proferida por unanimidade pela Primeira Câmara do TCE-SP em sessão realizada em 22 de outubro de 2024, conforme já havia adiantado o **Tribuna Liberal** no ano passado.

Embora o parecer tenha apontado algumas advertências e recomendações, como de praxe nos processos de análise, o resultado demonstra que a administração municipal seguiu as diretrizes legais e os prin-

cípios da responsabilidade fiscal, além de cumprir com as exigências de transparência e eficiência no uso dos recursos públicos, segundo informou a Câmara.

“A aprovação do parecer pelo Legislativo municipal reforça a importância do papel de fiscalização e controle exercido pelos órgãos competentes. As observações feitas pelo Tribunal são vistas como fundamentais para o aprimoramento contínuo da administração pública e indicam caminhos para a melhoria dos serviços prestados à população hortolandense”, afirma.

A análise das contas do prefeito no TCE teve como relator o conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli.

O parecer destacou que a administração de Hortolândia atingiu os percentuais obrigatórios em investimentos em Educação

e Saúde, além de apresentar um desempenho positivo em aspectos fiscais e orçamentários.

Entre os pontos principais mencionados no parecer, o TCE-SP enfatizou o investimento de 29,6% das receitas municipais

Município encerrou 2022 com superávit de 1,31% e equilíbrio financeiro positivo

em Educação, superando o percentual mínimo exigido pela Constituição, de 25%. As despesas com o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) atingiram 94,16% aplicados na remuneração do magistério, o que denotou gestão voltada à valorização dos profissionais.

No setor de Saúde, outro critério constitucional também foi cumprido, com a aplicação de 24,92% das receitas em despesas com saúde pública, bem acima do mínimo de 15% determinado pela legislação.

O município encerrou o ano de 2022 com um superávit orçamentário de 1,31%, refletindo um equilíbrio financeiro positivo. Esse resultado foi avaliado positivamente pelos conselheiros, que destacaram a gestão responsável dos recursos públicos.

O parecer ressaltou que Hortolândia obteve conceitos “B+” no Índice de Ambiente Municipal (I-AMB) e “B” nos indicadores I-Fiscal, ICidade e I-Gov-TI, parte do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), utilizados pelo TCE-SP para monitorar a efetividade da administração pública.



Atual gestão seguiu diretrizes legais e cumpriu exigências de transparência e eficiência no uso dos recursos públicos

ESPAÇO INAUGURADO

Jardim Terapêutico Querubim fornecerá plantas medicinais e vai melhorar saúde em Hortolândia

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

“Aqui começa a Vila da Saúde!”. Desta forma, o prefeito Zezé Gomes (Republicanos) iniciou a cerimônia de inauguração do Jardim Terapêutico Querubim, nesta quarta-feira (14). O canteiro medicinal está localizado dentro do Espaço Viva Mais, ao lado da UBS (Unidade Básica de Saúde) Santa Clara, no Jardim Santa Clara do Lago. Com nove espécies de plantas para fins medicinais, pessoas cadastradas no Viva Mais poderão utilizar o que for plantado no jardim para a realização de tratamentos diversos. A distribuição das plantas ainda não tem data definida.

A partir de sexta-feira (23), pessoas cadastradas no Espaço Viva Mais estão convidadas para a Roda de Saberes realizada no local, das 14h às 17h. Nesta conversa, também participará uma farmacêutica que fará a indicação da planta que pode ser utilizada em cada situação. Ali, será debatido com todos a dinâmica e o início da data para a retirada das folhas das plantas e quantidade destas folhas de acordo com a necessidade de cada pessoa. As rodas acontecerão todas às sextas-feiras, por tempo indeterminado. Para ajudar na composição do jardim, interessados também podem levar mudas para o plantio.

“Aqui começa a prevenção das doenças, com estas plantas naturais, tão importantes para fazer um chazinho ou algum remédio que necessitamos ali, naquele instante. No Jardim San-



Jardim fica dentro do espaço Viva Mais e integrará futura Vila da Saúde

ta Clara do Lago temos este importante espaço Viva Mais, temos a unidade de saúde ampliada do bairro que é a UBS Santa Clara. Ainda na região tem o Centro de Especialidades Médicas, o futuro Centro de Diagnóstico e Imagem, além do Hospital Mario Covas. Enfim, tudo está interligado, com planejamento, pensando na saúde e cuidando com carinho das pessoas”, comentou o prefeito.

As espécies Erva-Cidreira, Boldo, Guaco, Melissa, Alecrim, Malvarisco, Capim-Limão, Babosa e Erva-Cidreira Brasileira podem ser encontradas no Jardim Terapêutico. A iniciativa do projeto é das secretarias de Governo, de Inclusão e Desenvolvimento Social, de Saúde e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. “Cuidar da saúde para cuidar menos da doença. Este trabalho está crian-

do frutos. As pessoas estão consumindo muitos remédios industrializados e, na medida certa, a utilização das plantas deste nosso jardim contribui para o tratamento das pessoas. Este é mais um ganho para a nossa população neste aniversário de 34 anos de Hortolândia”, disse a primeira-dama, secretária de Inclu-

ção e Desenvolvimento Social e presidente do Fundo Social de Solidariedade, Maria dos Anjos.

FARMÁCIA VIVA

O Jardim Terapêutico Querubim faz parte do projeto Farmácia Viva, política pública que faz parte do SUS (Sistema Único de Saúde). O objetivo é estimular a educação e o conhecimento sobre uso seguro de plantas medicinais, reduzindo o consumo excessivo de medicamentos industrializados. “Agora, no Espaço Viva Mais temos esta área terapêutica acessível para todos com sustentabilidade ambiental, usando plantas medicinais plantadas em vasos. Também está dentro do projeto um e-book, com QR Code em cada vaso das diferentes espécies, com indicações de uso e contra indicações das plantas. Além disso, teremos reuniões e workshops acerca do assunto com farmacêuticos que terão capa-

citações profissionais para integrar o serviço”, explica Adriana Franco, diretora do Departamento de Relações Institucionais, responsável pelo Espaço Viva Mais.

De acordo com a Secretaria de Governo, no futuro, o objetivo é ampliar o espaço Jardim Terapêutico Querubim para demais órgãos da prefeitura com novos jardins nas dependências da UBS Santa Clara e no Fundo Social de Solidariedade, com as plantas fazendo parte dos itens distribuídos pela Farmácia Solidária. Além disso, com o avanço do projeto, está em pauta a criação de um Horto Municipal de Plantas Medicinais para destinar plantas aos jardins terapêuticos e, assim, ampliar o acesso da população.

Mais informações sobre cadastros e atividades realizadas no Espaço Viva Mais podem ser obtidas na Rua Pedro Pereira dos Santos, 147. O telefone do Espaço Viva Mais é o (19) 38094210.

Edital de Citação - Prazo De 30 Dias. Processo Nº 0007941-47.2010.8.26.0229(O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Hortolândia, Estado de São Paulo, Dr(a). Maria Brândão Pistelli, na forma da Lei, etc. FAZ SABER O SEBASTIAO PEDRO DA COSTA, Brasileiro, RG 14.467.859-SSP/SP, CPF 075.755.378-80, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Sociedade Campineira de Educação e Instrução, Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADAMAI. Dado e passado nesta cidade de Hortolândia, aos 08 de maio de 2025. K-14e15/05

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online

itau zuk

Credor Fiduciário: ITAÚ UNIBANCO S/A
Fiduciante: JEFFERSON DE SOUZA CORDEIRO

Constituído por **Apartamento nº 113-A (tipo B-2)**, localizado no 11º pavimento da Torre A, do empreendimento denominado Residencial "Allegro Condomínio Club", sito na Rua Miguel Gimenes Alves, s/nº, Núcleo Santa Izabel, Município de Hortolândia, Comarca de Sumaré-SP, que possui as seguintes áreas e fração ideal: ÁREA PRIV. COB. EDIFICADA 50,380m2; ÁREA COMUM COB. EDIFICADA 29,585m2; ÁREA COMUM DESCOBERTA 29,907m2; ÁREA REAL TOTAL 109,872m2; FRAÇÃO IDEAL NO SOLO 0,004824. Caberá a unidade 01 (uma) vaga de garagem coberta sob n. 98. Av.3 - Para constar que o Residencial Allegro Condomínio Club recebeu o nº 500 pela Rua Miguel Gimenes Alves. **Imóvel objeto da matrícula nº 197.585 do Oficial de Registro de Imóveis de Sumaré/SP. Observação:** Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. 1º **Leilão no dia 06/06/2025, às 11:00 horas**, à Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis - 01244-010 - São Paulo/SP, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 255.153,58 (duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e cinquenta e oito reais e oitenta centavos). 2º **Leilão no dia 20/06/2025, no mesmo horário e local, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 236.361,80 (duzentos e trinta e seis mil, trezentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos).**

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do Leiloeiro. Leiloeiro Oficial: Dora Plat - Juceps 744.

MAIS INFORMAÇÕES: Whatsapp (11) 99514-0467
contato@portazuk.com.br | PORTAZUK.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online

itau zuk

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCEPS nº 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis - 01244-010 - São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças nº 10177426708, firmado em 06/09/2022, no qual figura como Fiduciante **JEFFERSON DE SOUZA CORDEIRO**, brasileiro, viúvo, agricultor, portador do RG nº 30.319.448-0-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 268.125.608-98, residente e domiciliado em Campinas/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, do art. 27 e parágrafos, no dia **06/06/2025, às 11:00 horas**, à Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis - 01244-010 - São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 255.153,58 (duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e cinquenta e oito reais e oitenta centavos)**, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **Apartamento nº 113-A (tipo B-2)**, localizado no 11º pavimento da Torre A, do empreendimento denominado Residencial "Allegro Condomínio Club", sito na Rua Miguel Gimenes Alves, s/nº, Núcleo Santa Izabel, Município de Hortolândia, Comarca de Sumaré-SP, que possui as seguintes áreas e fração ideal: ÁREA PRIV. COB. EDIFICADA 50,380m2; ÁREA COMUM COB. EDIFICADA 29,585m2; ÁREA COMUM DESCOBERTA 29,907m2; ÁREA REAL TOTAL 109,872m2; FRAÇÃO IDEAL NO SOLO 0,004824. Caberá a unidade 01 (uma) vaga de garagem coberta sob n. 98. Av.3 - Para constar que o Residencial Allegro Condomínio Club recebeu o nº 500 pela Rua Miguel Gimenes Alves. **Imóvel objeto da matrícula nº 197.585 do Oficial de Registro de Imóveis de Sumaré/SP. Observação:** Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **20/06/2025**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 236.361,80 (duzentos e trinta e seis mil, trezentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro www.portazuk.com.br em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.portazuk.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício do direito de preferência, antes da arrematação do respectivo imóvel, que pode ocorrer durante a realização do 1º ou 2º leilão, com firma reconhecida, juntamente com documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica. A venda será efetuada em caráter "ad pro" no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicada expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** No caso do não cumprimento da obrigação assumida de pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, o critério do **VENCEDOR**, o segundo maior lance será considerado o vencedor, condicionado ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante. Caso haja arrematante quer em primeiro ou segundo leilão a escritura de venda e compra será lavrada nos termos da Clausula 3.10. Correrá por conta do arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, ITBI - Imposto de transmissão de bens imóveis, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

MAIS INFORMAÇÕES: Whatsapp (11) 99514-0467 | contato@portazuk.com.br | PORTAZUK.com.br



Associação Recanto Tia Cecília
Rua Sebastião Severino da Paz, 177 - Jardim Manchester
CEP: 13178-451 - Sumaré-SP
CNPJ 05.754.996/0001-44 - Contato: www.recantotiacecilia.org.br (19) 39227652
crecherecantotiacecilia@g.com.br

BALANÇO PATRIMONIAL				
ATIVO	NE	2024	2023	PASSIVO
CIRCULANTE		42.180,22	188.202,32	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		21.510,62	122.976,93	CIRCULANTE
Caixa		128,95	128,95	Obrigações
BANCO C/ MOVIMENTO-RECURSOS LIVRE		20.395,44	0,00	Fornecedores de Bens e Serviços
BB - Ag. 52-3-CC/117875-x	6	12,10	0,00	Obrigações com empregados
BB-99613-9-PROAC	7	20.383,34	0,00	Obrigações sociais
BANCO C/ MOVIMENTO-RECURSOS COM RESTRIÇÃO		986,23	1.040,60	Emprestimo
BB - Ag. 52-3-CC/99910-5-Aditivo Extraordinário		0,00	72,00	RECURSOS PUBLICOS
BB - Ag. 52-3-CC/117875-x-PROEB		93,17	0,00	Criança Feliz -
BB - Ag. 52-3-CC/117871-7-CONTRUINDO FUTURO		295,10	295,10	T.Colaboração - SCFV -
Banco Santander - Ag. 3899-CI-13-00005-6	10	326,59	414,39	ime - amparo
BB-CC/99613-0-PROAC		100,00	100,00	PROAC
B.Santander - Ag. 3899-CI-13-00005-6		182,74	150,48	Aditivo Emenda Parlamentar
B.Santander - Ag. 3899-CI-13-001556-2		8,63	8,63	Verba Parlamentar
APLIC. FINANC. - RECURSOS COM RESTRIÇÃO		0,00	121.807,38	RECURSOS DE TERCEIROS
BB - Ag. 52-3-CC/117.876-8		0,00	121.574,67	Projetos com verbas de Terceiros
BB - Ag. 52-3-CC/117871-7		0,00	45,32	REPASSE DA MATRIZ
BB - Ag. 52-3-CC/117875-x		0,00	40,62	Repasse de verba da matriz
BB - 99613-9-PROAC		0,00	74,99	NÃO CIRCULANTE
BB CC/117874-1-Amparo		0,00	32,29	11.762,45
BB - CC/99910-5-Aditivo extraordinário		0,00	8.306,10	DIFERIDO
RECURSOS PUBLICO A RECEBER	4	0,00	8.306,10	Diferido
Projeto Criança Feliz		0,00	8.306,10	11.762,45
T. Colaboração - Amparo		0,00	0,00	11.762,45
ADANTAMENTOS		19.079,32	56.919,29	CAPITAL SOCIAL
Adiantamento de férias		7.990,32	47.830,29	278.104,63
Empréstimo a funcionário		11.089,00	9.089,00	ajuste do Exercício Anterior
Apropriação de seguros		1.590,28	0,00	0,00
NÃO CIRCULANTE		189.649,01	208.234,78	Déficit /Superavit Acumulado
Ativo Imobilizado-Recursos Proprios	5	177.886,56	193.700,09	-45.792,78
Terenos		15.340,00	15.340,00	25.683,83
Edifício e Instalações		252.514,20	252.514,20	Déficit /Superavit do Exercício-
Movéis e Utensílios		23.885,17	23.885,17	232.311,85
Computadores e Periféricos		18.133,85	18.133,85	-71.476,61
(-) Depreciação de recursos Proprio Imobilizado - Recursos Publico	5	131.986,66	116.173,13	TOTAL DO PASSIVO
Movéis e Utensílios		11.762,45	14.534,69	231.829,23
Computadores e Periféricos		6.711,23	6.711,23	396.437,10
(-) Depreciação de recursos Proprio		10.505,58	10.505,58	
TOTAL DE ATIVO		231.829,23	396.437,10	

Marilena Cezar de Freitas
CPF. 333.115.148-31
RG. 4.167.622-1
Presidente

Emília Aparecida de Souza Jacinto
CRC-SP nº 273254/O-0

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.					
	Patrimônio social	Outras Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Iniciais em 01/01/2023	25.683,83				25.683,83
Movimento do Período					
Superávit/Déficit do Período				-71.476,61	-71.476,61
Ajustes de Avaliação Patrimonial			0,00		0,00
Recurso de Superávit Com Restrição					
Transferência de Superávit de Recursos Sem Restrição					
Saldo Finais em 31/12/2023	25.683,83			-71.476,61	-45.792,78
Saldo Iniciais em 01/01/2024	-45.792,78				-45.792,78
Movimento do Período					
Superávit/Déficit do Período				-232.311,85	-232.311,85
Ajustes de Avaliação Patrimonial			0,00		0,00
Recurso de Superávit Com Restrição					
Transferência de Superávit de Recursos Sem Restrição					
Saldo Finais em 31/12/2024	-45.792,78			-232.311,85	-278.104,63

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2024.

1. Contexto Operacional

NOTAS

A ASSOCIAÇÃO RECANTO TIA CECÍLIA, denominação social da presente associação, tem por finalidade, em conformidade com seus objetivos sociais, promover a defesa e proteção de bens e direitos sociais, tendo como competências as atribuições seguintes:

- I - Representar as aspirações da comunidade e do público atendido junto à instituição;
- II - Mobilizar os recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade, para auxiliar a instituição, provendo condições que permitam:
 - a) Melhoria nos serviços prestados a comunidade e ao público atendido;
 - b) Promover assistência nas áreas de educação, social e de saúde;
 - c) Conservação e manutenção do prédio, de equipamentos e das instalações;
 - d) Programação de atividades culturais e de lazer que envolvam a participação conjunta entre instituição, público atendido e comunidade;
 - e) Execução de obras de construção na instituição, sendo acompanhada e fiscalizada pelo órgão competente.
- III - apoiar e promover cursos, treinamentos, campanhas sociais à comunidade e público atendido que visem a melhoria das condições da qualidade de vida da população;
- IV - Colaborar na programação do uso do espaço institucional pela comunidade;
- V - Fomentar projetos e programas atendidos pela Entidade em parceria com outras instituições que sejam sem fins econômicos, privadas ou órgãos públicos municipais, estaduais ou federais;
- VI - Promover atendimento de assistência social e de educação nos níveis infantis em creche e pré-escola;
- VII - Promover inclusão digital para crianças e adolescentes;
- VIII - Acolhimento ao idoso, assegurando espaço físico para atividades dirigidas ao encontro dos indivíduos assim considerados, garantindo o direito ao lazer, cultura, esporte e convívio social;
- IX - Contribuir para a execução e desenvolvimento de projetos socioeducativos e profissionalizantes com adolescentes;
- X - Promover às famílias atendidas e à comunidade, atividades voltadas à geração de renda, contribuindo para seu desenvolvimento socioeconômico e melhoria na qualidade de vida;
- XI - Desenvolver ações conjuntas na recuperação do cidadão e ações de fortalecimento de vínculo das relações familiares sociais e comunitárias;
- XII - Desenvolver ações de preservação, defesa e conservação do meio ambiente com vista ao desenvolvimento sustentável;
- XIII - Celebrar parcerias e/ou convênios que se façam necessários com organizações públicas ou privadas para a realização de projetos inerentes aos fins sociais da ASSOCIAÇÃO RECANTO TIA CECÍLIA em atividades solidárias e do bem comum;
- XIV - Promover o voluntariado.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em moeda corrente nacional, em unidade de reais, em consonância com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como em conformidade com as normas contábeis vigentes, em especial a Resolução CFC 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro.

Em atendimento à Lei 12.101/2009, artigo 33, a escrituração contábil foi segregada por área de atuação para efeito de demonstração das receitas, custo e despesas por serviços, programas e projetos por ele desempenhados, como base para o registro de suas operações.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão descritas a seguir:

3.1. Apuração do Resultado

O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

3.2. Aplicações

As aplicações financeiras estão registradas pelo seu valor de aplicação original, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço com base no regime contábil da competência.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO			
	N.E.	2024	2023
RECEITAS OPERACIONAIS		5.425.929,54	5.514.705,97
COM RESTRIÇÃO		3.354.635,71	3.591.581,21
RECURSOS PUBLICOS	8	3.354.635,71	3.591.581,21
Criança Feliz - Rec. Municipal		421.233,08	463.734,70
Criança Feliz - Rec. Federal		444.000,00	382.610,64
T.Colaboração - SCFV - Municipal		1.050.753,76	1.380.262,93
T.Colaboração - SCFV - Estadual		37.138,40	37.138,40
T.Colaboração - SCFV - Federal		68.772,00	43.393,60
T. Colaboração - Amparo		1.108.108,56	1.062.634,87
Verba Parlamentar		224.629,91	80.588,34
PROAC		-	141.217,73
BENEFÍCIO FISCAL USUFRUIDO		728.303,25	661.148,82
Gratuidades - inss		702.568,15	6.711,23
Gratuidades - pis		25.735,10	0,00
RECURSOS PROPRIOS SEM RESTRIÇÃO		1.342.990,58	1.261.975,94
Contribuições e Doações		604.671,40	535.391,94
Doação P. Física		98.641,75	60.288,52
Doação P. Jurídica		404.356,42	373.842,58
Nota Fiscal Paulista		29.977,81	37.332,82
Rendimentos Financeiros		1.931,62	1.200,78
Serviços Voluntários		69.763,80	62.727,24
RECURSOS PROPRIOS PARA CUSTEIOS		738.319,18	726.584,00
Bazar		13.849,33	7.055,15
outras receitas		87,29	1.531,89
Serviços Prestados a PROEB		724.382,56	717.996,96
ASSISTENCIA/ EDUCAÇÃO		5.658.241,39	5.586.182,58
DESPESAS OPERACIONAIS		3.600.781,34	3.557.405,95
Despesas Empregaticias		3.011.723,20	2.838.701,38
Salários		229.260,28	245.391,00
Encargos Sociais		359.797,86	473.313,57
Benefícios		1.329.156,80	1.367.627,81
(-) Despesas Administrativa		406.318,10	501.458,81
Serviços de Terceiros		69.763,80	67.727,24
Serviços Voluntários		365.006,62	353.830,71
Material de Consumo		30.466,42	122.953,84
Despesas com Manutencao		270.550,62	284.699,01
Apoio administrativo		16.115,76	16.115,76
Depreciação		15.813,53	4.369,68
Impostas e Taxas		5.750,78	16.472,76
Despesas Financeiras		6.181,88	0,00
Ajuste e empréstimo		159.305,05	0,00
Gratuidades - inss		702.568,15	661.148,82
Gratuidades - pis		25.735,10	0,00
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		-232.311,85	-71.476,61

Marilena Cezar de Freitas
CPF. 333.115.148,31
RG. 4.167.622-1
Presidente

Emília Aparecida de Souza Jacinto
CRC-SP nº 273254/O-0

FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO		
	2024	2023
1-FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	-232.311,85	-71.476,61
Ajustes por:		
(+) Depreciação	15.813,53	16.115,76
(+) Amortização-Prestação de contas	0,00	2.682,12
(+) Perda de Variação Cambial	0,00	0,00
(-) ajuste de pl	0,00	0,00
(-) Ganho na Venda de Bens do Imobilizado	0,00	0,00
Superávit (Déficit) Ajustado	15.813,53	18.797,88
Aumento (diminuição) nos Ativos Circulantes		
Aumento ou Diminuição em contas a receber	0,00	0,00
Aumento nos estoques		
Adiantamento a Empregados	39.839,97	-42.199,47
Aumento ou diminuições Co-financiamento	8.306,10	1.436.493,90
Tributos a Recuperar	0,00	0,00
Despesas Antecipadas	-1.590,28	-9.089,00
Outros Valores a Receber	-2.000,00	0,00
Aumento (diminuição) nos Ativos Circulantes	44.555,79	1.385.205,43
Aumento (diminuição) nos Passivos Circulantes		
Fornecedores de Bens e Serviços	0,00	0,00
Obrigações com Empregados	76.807,82	54.208,58
Obrigações Tributárias	-3.095,54	-3.397,07
Empréstimos e Financiamento a Pagar	126.719,70	39.704,59
Recursos Públicos	-129.955,76	-1.481.774,24
Recursos de Terceiros	0,00	0,00
Outras Obrigações a Pagar	0,00	14.534,69
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	70.476,22	-1.376.723,45
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Recursos Recebidos Pela Venda de Bens	0,00	0,00
Outros Investimentos Realizados	0,00	-17.216,81
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	0,00	-17.216,81
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimentos	0,00	-17.216,81
Recebimento de Empréstimos	0,00	0,00
Outros Recebimentos por Financiamentos	0,00	0,00
Pagamentos de Empréstimos	0,00	0,00
Pagamentos de Arrendamento Mercantil	0,00	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	-101.466,31	-61.413,56
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	122.976,93	184.390,49
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	21.510,62	122.976,93

Marilena Cezar de Freitas
CPF. 333.115.148,31
RG. 4.167.622-1
Presidente

Emília Aparecida de Souza Jacinto
CRC-SP nº 273254/O-0

3.3. Subvenções Governamentais

Os repasses financeiros, provenientes de convênios e parcerias com Entidades sem Fins Lucrativos que estejam sujeitos a prestação de contas, são contabilizados em contas específicas do Passivo e após as prestações de contas os recursos utilizados são reconhecidos como receitas.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

A caixa abrange numerário em espécie e cheques, contas bancárias disponíveis e aplicações financeiras de liquidação imediata.

Equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos resgatados, até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superam o valor de mercado.

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor da aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência.

CAIXA E EQUIVALENTES		2024	2023
1.1.1.01.0001	CAIXA - CAMPINAS	128,95	128,95
1.1.1.01.0002	BB-CC/117875-X-PROEB	93,17	0,00
1.1.1.03.0004	B.B-17871-7 AG 4257-	295,10	295,10
1.1.1.03.0008	BB- CC 99613-0 - PROAC	100,00	100,00
1.1.1.03.0009	BB CI 99910-5 AD. EXTRAORDINARIO	0,00	72,00
1.1.1.04.0001	SANTANER-CI MAX EMPRES	326,59	414,39
1.1.1.04.0002	SANTANDER-CI 13.001556-2	8,63	8,63
1.1.1.04.0003	SANTANDER CI -RENDA FIXA	162,74	150,48
1.1.1.05.0002	B. BRASIL-CI/117875-X-PROE	12,10	40,62
1.1.1.05.0003	BB - CI -117874-1-AMPARO	0,00	74,99
1.1.1.05.0005	BB. C/117871-7-AG.523	0,00	45,32
1.1.1.05.0006	B. BRASIL - CI. 117.876-8	0,00	121.574,67
1.1.1.05.0008	BB- CI- 99613-0 - PROAC	20.383,34	39,49
1.1.1.05.0010	CC-CI -99910-5- AD. EXTRAORDINARIO	0,00	32,29
CAIXA E EQUIVALENTES		21.510,62	122.976,93

No exercício de 2024, para atender as atividades na área da Assistência Social, a Entidade assinou em 06/12/2023 o termo de Colaboração nº 30.609-1- aditivo 1, cuja vigência 01/01/2024 a 31/12/2024, com a Prefeitura Municipal de Sumaré, para o programa Socioeducativo (SCFV) no valor de R\$1.155.840,00, do qual o município repassou esse valor integralmente durante o exercício de 2024.

Assinou também o termo de colaboração 20.890 - SMIADS, em 27/09/2023, para incremento Temporário do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, cuja vigência foi de 02/10/2023 a 01/10/2024, processo administrativo 20.890/2023 no valor de R\$=200.000,00=.

Em 01/08/2024, com a mesma finalidade do item acima, foi assinado o termo de colaboração 17.109-SMIADS, com vigência de 01/08/2024 a 31/07/2025, processo administrativo 17109/2024- no valor de R\$100.000,00.

A Prefeitura Municipal de Sumaré, assinou juntamente com a instituição o termo de colaboração nº 29.637-aditivo 01, para atender o projeto Criança Feliz, cuja vigência e

de 01/01/2024 a 31/12/2024., processo administrativo 29.637/2022, no valor de R\$864.000,00.

Na área da educação assinou contrato para 2024 com a prefeitura Municipal de Amparo no valor R\$=989.047,00= para atender as atividades a serem exercidas em 2024, a vigência e de R\$=01/01/2024 a 31/12/2024.

Em 05/07/2024 foi assinado o termo aditivo 002- processo administrativos nº 9924/2022 e 15814/2022, para atender a área de educação.

5. Imobilizado e Intangível

Adicionalmente não realizou adequações conforme novas disposições contábeis referentes ao pronunciamento CPC 27 e IPC 10. A composição do ativo imobilizado está representada na seguinte forma:

IMOBILIZADO - RECURSOS PROPRIOS			2024	2023
1.2.3.01.0001	Terrenos		15.340,00	15.340,00
1.2.3.01.0002	Edifícios e Instalações		252.514,20	252.514,20
1.2.3.01.0004	Moveis e Utensílios		23.885,17	23.885,17
1.2.3.01.0006	Computadores e Periféricos		18.133,85	18.133,85
			309.873,22	309.873,22
DEPRECIACÃO ACUMULADA DE RECURSOS PROPRIOS			2024	2023
1.2.4.01.001	(-) Edifícios e Instalações		103.738,60	93.638,08
1.2.4.01.003	(-) Moveis e Utensílios		14.314,16	11.925,68
1.2.4.01.005	(-) Computadores e Periféricos		13.933,90	10.609,37
(-) TOTAL DE DEPRECIACÃO DE RECURSOS PROPRIO			131.986,66	116.173,13
IMOBILIZADO - RECURSOS PUBLICO/TERCEIROS			2024	2023
1.2.5.01.0003	Moveis e Utensílios		6.711,23	6.711,23
1.2.5.01.0004	Computadores e Periféricos		10.505,58	10.505,58
TOTAL			17.216,81	17.216,81
DEPRECIACÃO ACUMULADA DE RECURSOS PUBLICO/TERCEIROS			2024	2023
1.2.5.02.0004	(-) Depreciação de Moveis e Utensílios		1.777,47	1.106,31
1.2.5.02.0006	(-) Depreciação de Computadores e Periféricos		3.676,89	1.575,81
(-)DEPRECIACÃO ACUMULADA DE RECURSOS PUBLICO/TERCEIROS			5.454,36	2.682,12
TOTAL DE IMOBILIZADO			189.649,01	208.234,78

6. Obrigações Fiscais e Tributárias e Sociais

As obrigações fiscais e tributárias registradas são decorrentes de tributos retidos na fonte pagadora na folha de pagamento, além de retenções em documentos fiscais de pessoas jurídicas.

OBRIGAÇÕES SOCIAIS		2024	2023
2.1.3.02.0001	Impostos consolidados	20.671,83	12.487,21
2.1.3.02.0002	FGTS a Pagar	24.205,06	26.891,18
2.1.3.02.0004	FGTS a Férias	11.984,76	8.078,75
2.1.3.02.0008	INSS Parcelado	0,00	3.276,10
		56.861,65	50.733,24

7. Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais

a. Segue abaixo a composição do saldo de obrigações trabalhistas e encargos sociais

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		2024	2023
2.1.3.01.0001	Salário a Pagar	72.472,10	50.619,00
2.1.3.01.0002	Férias a Pagar	149.813,88	100.987,57
		222.285,98	151.606,57

A Associação Recanto Tia Cecília, possui um empréstimo que foi ajustado em 31/12/2024 no valor total a pagar de R\$219.023,78.

8. Receitas

As Receitas da Associação Recanto Tia Cecília são compostas conforme abaixo demonstrado.

	2024	2023
Receitas Totais	5.658.241,41	5.514.705,97
Receitas Próprias	1.575.302,43	1.261.975,94
Gratuidade	728.303,27	661.148,82
Convênios e Parcerias	3.354.635,71	3.591.581,21

9. Prestação de Contas de Subvenções Governamentais

A Entidade prestou contas aos órgãos convenientes, dos auxílios, subvenções e contribuições repassados para a Entidade, em conformidade com as exigências contidas nas instruções 02/2008 do TCE/SP - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - que tem a atribuição constitucional de apreciar as prestações de contas

DESPESAS	DESPESAS SEGREGADAS - 2024					TOTAL REC.PUBLICO	R.PROPRIO	TOTAL
	SME	ASSISTENCIA SOCIAL						
	AMPARO	SCFV	CRIANÇA FELIZ	V.PARLAM.				
Receita	1.099.121,99	1.155.840,00	864.017,27	221.643,18		3.340.622,44	1.381.791,76	4.722.414,20
Rendimentos financeiros	8.986,57	824,16		1.215,81		14.013,27	1.931,62	15.944,89
Cota Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	728.303,27	728.303,27
Total de Receita	1.108.108,56	1.156.664,16	865.233,08	224.629,91		3.354.635,71	2.112.026,65	5.466.662,36
Salários	831.124,16	609.428,00	524.962,88	15.409,00		1.980.924,04	908.094,47	2.889.018,51
Encargos	107.235,33	130.614,81	54.804,12	1.856,80		294.511,06	58.613,19	353.124,25
Benefícios	84.535,94	59.758,29	19.287,96	3.637,89		167.220,08	194.926,77	362.146,85
Serviços	20.445,00	111.104,04	80.769,24	80.814,22		293.132,50	66.792,33	359.924,83
Serviços Voluntário	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	69.763,80	69.763,80
Materiais e Suprimentos	51.879,32	94.435,68	41.554,94	119.194,68		307.064,62	58.572,00	365.636,62
Manutenção	10.022,82	5.929,80	0,00	3.518,87		19.471,49	10.994,93	30.466,42
Apoio Pedagógico	1.967,24	137.962,74	142.198,72	198,45		282.327,15	27.006,47	309.333,62
Depreciação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	15.813,53	15.813,53
Impostos e Taxas	0,00	7.430,80	1.655,22	0,00		9.086,02	54,76	9.140,78
Despesas Financeiras	898,75	0,00	0,00	0,00		898,75	5.365,13	6.263,88
Ajuste de empréstimo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	159.305,05	159.305,05
Cota Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	728.303,27	728.303,27
TOTAL DE DESPESAS	1.108.108,56	1.156.664,16	865.233,08	224.629,91		3.354.635,71	2.303.605,70	5.658.241,41
Déficit/Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	-232.311,85	-232.311,85

a. A Associação Recanto Tia Cecília utilizou de recursos próprios para desenvolver serviços sociais o valor de R\$ 648.641,49, obteve também recursos públicos no valor de R\$=1.381.294,07, gozou da cota patronal de R\$=341.210,08= obtendo um custo total de R\$ 2.371.145,64.

A entidade atendeu 310 crianças com uma Per capta de R\$=15.807,64.

b. Na área da educação a entidade, para atender o projeto criança feliz. O custo total de R\$=1.443.125,89=, sendo que R\$865.233,08, foi recursos público, R\$406.304,56 e recurso próprio e R\$=171.588,25 foi proveniente da gratuidade da cota patronal. A Entidade atendeu 120 criança e a per capta foi de R\$=9.620,84.

c. Na área também da educação-Amparo, a entidade teve um custo total de R\$1.843.969,88, sendo que R\$1.108.108,56, foi recursos público, R\$520.356,38 e recurso próprio e R\$=215.504,94 foi proveniente da cota patronal. A Entidade atendeu 120 criança e a per capta na área da educação foi de R\$=12.293,13.

Conforme demonstrado abaixo:

	Rec.Publico	%	Rec.Próprio	C.Patronal	total	Atendidos	per capta
Assistencia Social	1.381.294,07	41,18%	648.641,49	341.210,08	2.371.145,64	310	15.807,64
Educação-Sumare	865.233,08	25,79%	406.304,56	171.588,25	1.443.125,89	120	9.620,84
Educação-Amparo	1.108.108,56	33,03%	520.356,38	215.504,94	1.843.969,88	120	12.293,13
total	3.354.635,71	100,00%	1.575.302,43	728.303,27	5.658.241,41	550	10.287,71

No todo a entidade atendeu a 550 crianças e teve um média da per capta de R\$10.287,71- tendo um custo total de R\$=5.658.241,41=

A Entidade concluiu todos os projetos em dezembro de 2024, conforme reza dos termos.

10. Isenções de Cota Patronal para a Seguridade Social

O Valor de isenção de contribuições para a seguridade social usufruída relativa à cota patronal INSS + RAT + TERCEIROS no ano de 2024 é de R\$ 702.568,15. Assim demonstrados, foram integralmente aplicados na área de Assistência Social e Educação e foram distribuídos conforme folha e pelos projetos da entidade. A Gratuidade referente ao pis foi de R\$=25.735,10, totalizando uma gratuidade de R\$=728.303,25=

MÊS	COTA PATRONAL - 2024					Total de %	VLR DA COTA	PIS
	BASE DO INSS	%-INSS	%=RAT	%=FAP	%=Terceiros			
JAN	198.183,97	20%	0,50%	1,00%	5,80%	27,30%	54.104,22	1.981,84
FEV	181.151,68	20%	0,50%	1,00%	5,80%	27,30%	49.454,41	1.811,52
MAR	182.260,75	20%	0,50%	1,00%	5,80%	27,30%	49.757,18	1.822,61
ABR	193.337,85	20%	0,50%	1,00%	5,80%	27,30%	52.781,23	1.933,38
MAI	192.958,70	20%	0,50%	1,00%	5,80%	27,30%	52.677,73	1.929,59
JUN	196.964,30	20%	0,50%	1,00%	5,80%	27,30%	53.771,25	1.969,64
JUL	210.478,63	20%	0,50%	1,00%	5,80%	27,30%	57.460,67	2.104,79
AGO	198.595,05	20%	0,50%	1,00%	5,80%	27,30%	54.216,45	1.985,95
SET	209.730,50	20%	0,50%	1,00%	5,80%	27,30%	57.256,43	2.097,31
OUT	206.584,57	20%	0,50%	1,00%	5,80%	27,30%	56.397,59	2.065,85
NOV	213.642,08	20%	0,50%	1,00%	5,80%	27,30%	58.324,29	2.136,42
DEZ	218.236,37	20%	0,50%	1,00%	5,80%	27,30%	59.578,53	2.182,36
13/sal	171.385,26	20%	0,50%	1,00%	5,80%	27,30%	46.788,18	1.713,85
total	2.573.509,71						702.568,15	25.735,10

11. Cobertura de Seguros

Para atender medidas preventivas, adotadas permanentemente, a Entidade efetua a contratação de seguros em valores considerados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros.

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrado pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

Emília Aparecida de Souza Jacinto
 Emília Aparecida de Souza Jacinto
 CPF: 016.857.768-25
 CRC-SP 273254/O-0

Marilena Cezar de Freitas
 Marilena Cezar de Freitas
 CPF: 333.115.148-31
 RG: 4.167.622-1

16 VOTOS FAVORÁVEIS

Câmara de Paulínia reverte parecer de tribunal e aprova contas de Cazellato

Vereadores votaram pela regularidade das contas de 2021 do ex-prefeito paulinense em decisão tomada durante sessão extraordinária realizada nesta quarta-feira; aprovação pondera alinhamento do Legislativo com administração estável

Paulo Medina • PAULÍNIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Em sessão extraordinária realizada nesta quarta-feira (14), a Câmara de Paulínia aprovou, por 16 votos, as contas do exercício 2021 do ex-prefeito Ednilson Cazellato, o Du Cazellato (PL), derrubando parecer desfavorável emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). É o Legislativo quem tem a palavra final sobre as contas de prefeitos.

A validação das contas de Cazellato foi formalizada pela votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2025. A proposta foi analisada pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributos da Casa, sob relatoria do vereador Fábio Valadão (PL).

Em seu parecer, a comissão destacou a necessidade de se analisar as contas de forma global, considerando não apenas os aspectos técnicos apontados pelo TCE, mas também o contexto político, histórico e administrativo vivenciado no município naquele ano.

O TCE-SP emitiu parecer desfavorável, apesar de reconhecer que o municí-



Para votação, defesa de Cazellato disse que ex-prefeito adotou providências corretivas e estruturais

pio cumpriu importantes metas fiscais. Em 2021, a gestão municipal investiu 30,68% na Educação (superior ao mínimo de 25%) e 19,49% na Saúde (acima dos 15% obrigatórios). As despesas com pessoal também ficaram dentro do limite legal, em 42,30%, bem abaixo do teto de 54% imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Além dis-

so, foi verificado um superávit financeiro de 13,91%.

Apesar disso, o Tribunal de Contas apontou baixa efetividade na aplicação dos recursos públicos, especialmente com base no IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal) e no i-Saúde, indicadores que avaliam a qualidade dos serviços prestados em áreas como educa-

ção, saúde, planejamento e gestão fiscal.

A Comissão de Finanças reconheceu as críticas técnicas, mas ponderou que o ano de 2021 foi profundamente marcado pelos impactos da pandemia de Covid-19, o que justificaria eventuais falhas pontuais na execução de políticas públicas. A atuação dos servidores da Saú-

de durante o período foi classificada como “quase sobre-humana”.

Valadão também lembrou que a cidade viveu entre 2013 e 2019 um período de intensa instabilidade política, com 12 trocas de prefeito, e que Cazellato foi um dos poucos gestores a completar o exercício anual de forma contínua, trazendo avan-

ços administrativos percebidos pela população, como a melhora na prestação dos serviços públicos, ainda que os índices técnicos tenham ficado aquém do ideal.

O parecer da comissão defendeu, assim, que as imperfeições apontadas pelo TCE não foram suficientes para macular a integridade da gestão, considerando os esforços da administração em resolver problemas históricos e estruturais.

A defesa de Du Cazellato também argumentou que muitas falhas apontadas pelo Tribunal referem-se a problemas crônicos de anos anteriores e que, durante 2021, a gestão adotou providências corretivas e estruturais, como regularização de prédios públicos, reabastecimento da rede de medicamentos e correções na ventilação do Hospital Municipal.

Na visão da comissão, a aprovação das contas não significa ignorar apontamentos técnicos, mas reconhecer que, diante de um cenário real e desafiador, o governo cumpriu seu papel com responsabilidade fiscal e empenho administrativo.

SAÍDA DE CARGO

Adjunto é exonerado após ser alvo de CEI por homofobia em Nova Odessa

Paulo Medina • NOVA ODESSA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O secretário-adjunto de Governo de Nova Odessa, Moisés de Jesus Lima, foi exonerado do cargo nesta terça-feira (13). A decisão da prefeitura foi publicada em diário oficial e ocorre após o servidor se tornar alvo de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) que

apura uma denúncia de homofobia feita contra ele.

A exoneração acontece em meio à repercussão de um episódio envolvendo Lima e o diretor-geral da Câmara Municipal, Lucas Camargo. Segundo Camargo, o secretário teria se referido de forma preconceituosa à sua orientação sexual durante uma reunião oficial com líderes religio-

so realizada no gabinete do prefeito Cláudio Schooder, o Leitinho (PSD), no início do ano.

Na ocasião, Moisés teria dito que a Câmara Municipal “tem hoje um homossexual assumido ocupando o cargo”, além de classificar a orientação sexual de Camargo como um “demérito” e solicitar orações por ele. O episódio, relatado por

Camargo à Delegacia de Polícia, motivou a abertura de inquérito pela Polícia Civil. A denúncia foi acompanhada de vídeos que, segundo o denunciante, comprovam discursos de ódio disseminados por Lima também nas redes sociais.

“Desde então minha vida tem sido discutida em âmbito estadual. Tudo isso tem gerado revolta e indig-

nação”, declarou Camargo, que assumiu a direção da Câmara em janeiro e afirma não ter tido atritos anteriores com Lima. Após o episódio, relatou que o comportamento do adjunto passou a ser mais “frio e distante”.

O vereador Paulo Porto (PSD) já apresentou uma moção de repúdio afirmando que “a declaração precisa ser combatida para evitar novos atos de ódio e discriminação, que não devem fazer parte da postura de uma pessoa que ocupa cargo público”.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Subseção de Nova Odessa, também emitiu uma nota de repúdio, enfatizando a importância da convivência pacífica e do respeito à diversidade.

O prefeito Leitinho também já reafirmou o compromisso da administração com a inclusão e o respeito. “Não compactuamos nem toleramos esse tipo de postura em nossa gestão, que é a mais inclusiva e plural da história de Nova Odessa”, disse anteriormente.

RESOLVA ONLINE

Autoleitura tem demanda elevada e pode ser realizada pela Minha BRK

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A BRK, concessionária responsável pelos serviços de água e esgoto em Sumaré, oferece uma maneira mais fácil e rápida de acessar serviços sem precisar ir até a Loja de Atendimento. Por meio da agência virtual Minha BRK (www.minhabrk.com.br), os clientes podem obter informações sobre faturas, consumo e muito mais, diretamente de casa.

A Minha BRK permite que os usuários realizem diversos serviços, como troca de titularidade, emissão de segunda via, consulta de histórico de consumo, autoleitura, simulação de faturas, débito automático, so-

licitação de novas ligações e atualização cadastral.

“Com a Minha BRK, queremos facilitar a vida dos nossos clientes, permitindo que gerenciem serviços como a autoleitura de forma rápida e prática. Isso evita que a conta seja baseada na média de consumo e melhora a experiência do cliente. Estamos sempre prontos para oferecer o suporte necessário”, explica Adriano Mendonça, coordenador comercial da BRK em Sumaré.

AUTOLEITURA

Para realizar esse serviço, o cliente precisa fazer o login na agência virtual com e-mail ou CPF/ CNPJ e senha, em seguida, ir até Serviços e depois “Autoleitura”.

O cliente receberá então orientações de como prosseguir. O primeiro passo é verificar na fatura a data da próxima leitura. Em seguida, ele deve tirar uma foto dos números da leitura (os quatro últimos) e se possível do medidor (código de identificação do hidrômetro).

Após isso, é necessário que ele encaminhe as informações para a concessionária dentro do prazo, que é dois dias antes da leitura ou no mesmo dia da leitura.

O e-mail para encaminhar as informações é autoleitura@brkambiental.com.br, com a foto anexada e as seguintes informações: cidade, código do cliente (CDC), nome e CPF do titular, telefone e data da foto da leitura.

Caso fique pendente uma das informações acima, a autoleitura não é realizada. “É uma comodidade para a população que ainda tem o hidrômetro na parte interna, e evita que a conta seja faturada pela média”, explica o coordenador.

CADASTRO ATUALIZADO

Para acessar a agência virtual Minha BRK, o cliente precisa estar com o seu cadastro atualizado.

Além da Minha BRK, a concessionária disponibiliza o atendimento via WhatsApp pelo número (11) 99988-0001 de segunda a sexta das 8h às 20h e sábados das 8h às 14h, pelo telefone 0800 771 0001 e site, que funcionam 24 horas.

DRAMA FAMILIAR

Mãe chama polícia após ser ameaçada de morte pelo filho no Jardim Picerno

Cézar Oliveira • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Uma mãe acionou a polícia para conter o próprio filho que a tinha ameaçado de morte. O caso aconteceu nesta semana, no Jardim Picerno, em Sumaré. O rapaz além de ameaçar a mãe, quebrou vários móveis da casa.

A equipe da Polícia Militar foi chamada para atender a ocorrência de violência doméstica. Quando os policiais chegaram ao local, fizeram contato com a vítima. Ela relatou ter sido ameaçada pelo filho,

além de ter sua residência parcialmente danificada por ele.

MÓVEIS QUEBRADOS

Os policiais constataram que no interior da residência havia diversos objetos e móveis quebrados. Os militares abordaram o suspeito e o detiveram. Em seguida, ele foi algemado e colocado na viatura.

Diante dos fatos, ambos foram conduzidos à DDM (Delegacia de Defesa da Mulher) de Sumaré, onde o indivíduo permaneceu à disposição da Justiça.